

DESCOLAD@S

ISSN: 2237-0331

REVISTA DE DIREITOS HUMANOS - INESC BRASÍLIA DF ANO 3 | 2013 Nº 3

PUBLICIDADE INFANTIL

Tramita no Congresso Nacional Projeto de Lei que regulamenta a publicidade para o público infantil

CRACK

Pelo direito humano à prevenção e ao tratamento

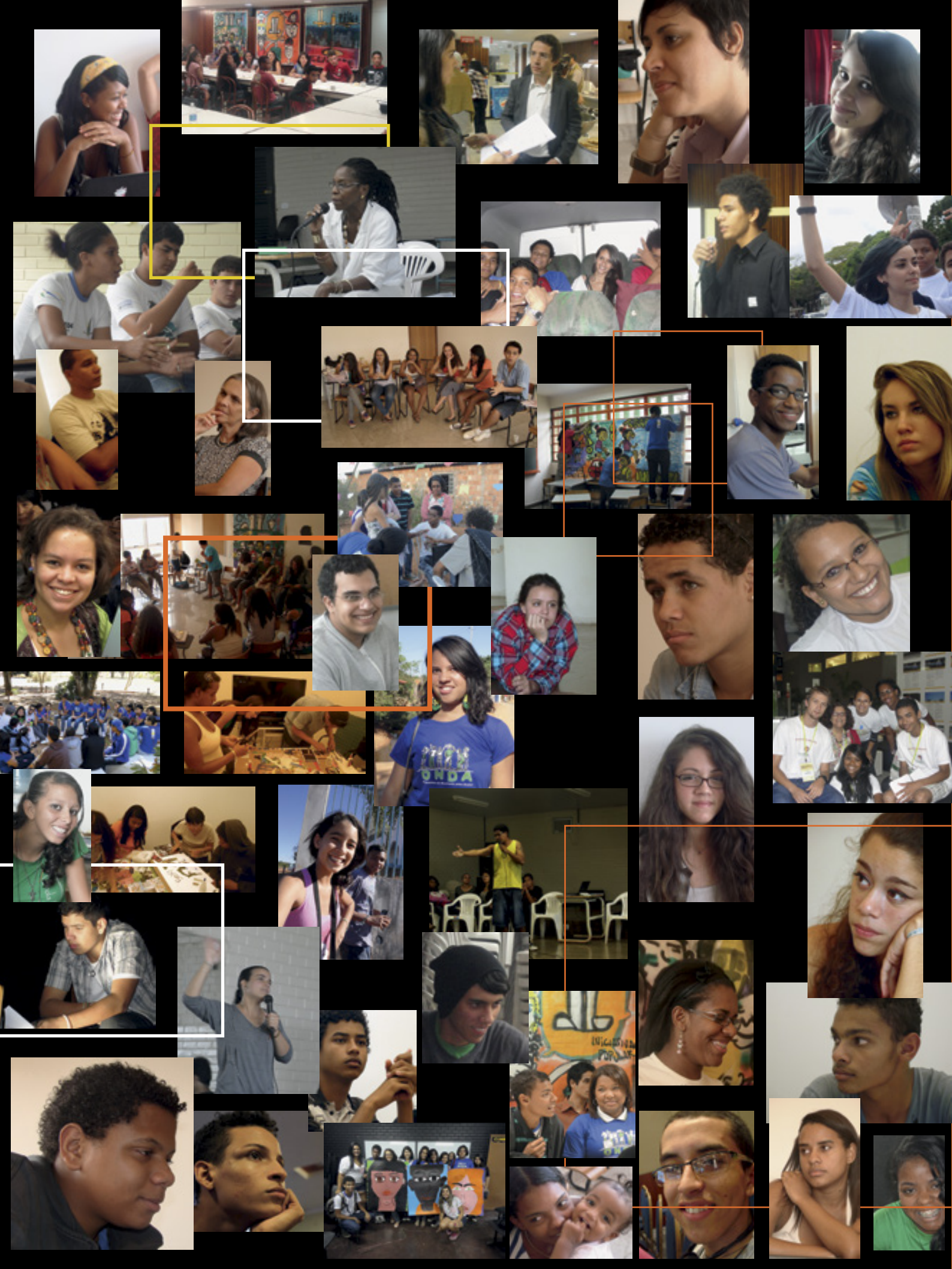
MEIO AMBIENTE

Privatização do lixo: quem ganha com isso?

ENTREVISTA

Transexuais e a dignidade em questão





EXPEDIENTE

CONSELHO EDITORIAL

Centro de Ensino Médio da Asa Norte

– **Cean:** Leiliane Vieira Miranda, Lucas Daniel R. de Souza, Cristiany Lima, (ex-aluna) Isabel Kelly Dias Amorim; **Centro de Ensino Fundamental Carlos Motta – Lago Oeste:** (ex-aluna) Gabriella Dias dos Santos, (ex-aluna) Paula Gabriela Barbosa Castillo; Centro Educacional 4 do Guará: Fábio William Silva, Lucas Miguel Salomão Meireles, Tatiana dos Santos, Vinicius da Silva Moreira, Wallison Lopes de Souza, (ex-alunos) Israel Victor de Melo, Raquel Rodrigues Ferreira; **Centro Educacional 2 do Guará:** Allef Renan; **Centro Educacional Vale do Amanhecer:** Aline Almeida, Daiane Vieira Matos, Amanda Carolina, Kleydinara Lima; **Centro de Ensino Médio Paulo Freire:** Beatriz Ney, Paulo Henrique Alves Fonseca.

CONSELHO PEDAGÓGICO

Adriana Saraiva – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
Alessandra Cardoso – Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)
Cleomar Manhas – Inesc
Eliana Magalhães Graça – Inesc
Flávia Bonsucesso Teixeira – Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia
José Antonio Moroni – Inesc
Lucídio Bicalho – Inesc
Moab Acioli – Universidade Católica de Pernambuco e Universidade de Pernambuco
Rosilêia Maria Roldi Wille – Ministério da Educação

GRUPO DE DESIGN

Alcivando P. dos Anjos
Allef Renan
Beatriz Nery
Célia Matsunaga
Leiliane Vieira Miranda
Paulo Henrique Alves Fonseca

Assessora responsável:

Márcia Acioli

Coordenação editorial:

Márcia Acioli

Edição:

Christina Velho, Cristiane Parente e Carlos Ely Abreu

Coordenação gráfica:

Célia Matsunaga

Projeto gráfico:

Célia Matsunaga

Diagramação:

Eduardo Meneses

Revisão:

Paulo Henrique de Castro

Impressão:

Athalaia Gráfica e Editora

Tiragem:

13.000 exemplares

Foto de capa:

André Dusek (criança: Tiago Miranda Lima)

Fotografias da seção Sem Palavras:

Alisson da Silva Martins, Allaine Nascimento Prado, Artur Silva Costa, Daniel Pereira da Silva, Douglas Braga Antônio, Everton Cristian P. da Costa, Felipe Pereira Dutra, Francillen Costa Araújo, Francisco Iran Pereira Cardoso, Jaine Teixeira Magalhães, Jeferson Douglas S. Souza, Jonatha da S. Teixeira, Laryssa Pereira da Costa, Lília da Costa Braga, Luan Alves Batista, Lucas Mendonça Dutra, Manoel dos Santos Xavier, Marcela Dutra da Costa, Marcela Santos da Silva, Marcelo Leite da Silva, Marcos P. Costa Tiago, Michely Alves Pereira, Naiara Budin, Rafael Silva Braga Magalhães, Rafaela Alves da Silva, Sebastião Helbert dos R. Alves, Valéria Magalhães da Costa, Victor Epaminondas de Farias, Victor Hugo de Deus, Wallisson Braga da Costa, Wellington da Silva Pereira

CONSELHO DIRETOR

Adriana de Carvalho Barbosa Ramos Barreto
Caetano Ernesto Pereira Araújo
Guacira Cesar de Oliveira
Márcia Anita Sprandel
Sérgio Haddad

COLEGIADO DE GESTÃO

Iara Pietricovsky de Oliveira
José Antônio Moroni

Coordenação da Assessoria Política:

Nathalie Beghin

Assessoria:

Alessandra Cardoso
Alexandre Ciconello
Cleomar Manhas
Edécio Vigna
Eliana Magalhães
Lucídio Barbosa
Márcia Acioli

Comunicação:

Vértice/Gisliene Hesse

Assistente de Direção:

Ana Paula Soares Felipe

Gerência:

Maria Lúcia Jaime

Assessoria Administrativo-Financeira:

Adalberto Vieira dos Santos, Eugênia Christina A. Santana, Isabela Mara dos S. da Silva, Ivone Maria da Silva Melo, Josemar Vieira dos Santos, Maria José de Moraes, Miria Thereza B. Consiglio, Ricardo Santana da Silva, Rosa Diná G. Ferreira
Apoio Institucional: ActionAid, Charles Stewart Mott Foundation, Christian Aid, Department for International Development (Dfid), Fastenopfer, Fundação Avina, Fundação Banco do Brasil, Ford Foundation, Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef), Fundo Canadá, Instituto Heinrich Böll, Instituto C&A, Institute for Research in Economics and Business Administration (SNF), International Budget Partnership, KinderNotHilfe (KNH), Norwegian Church Aid, Oxfam Novib, Oxfam, União Europeia, World Wide Web Foundation e Pão para o Mundo – Serviço Protestante para o Desenvolvimento

Agradecimentos

A criança: Daniele Rodrigues Ferreira (imagem)

Rodas de Conversa:

Adirley Queirós (Coletivo de Cinema da Ceilândia), Adriana Coelho Saraiva (CNPq), Antônio Carlos de Queiroz (ACQ) (jornalista), Bruno Saraiva (Banco Central do Brasil), Francisco Carneiro de Felippo (Comitê Popular da Copa), Grupo Adote um Distrital, Helena Silva (Unicef), João Nogueira (Raízes Negras, Negras Raízes), Lila Rosa Sardinha Ferro (SEDF), Rafael Madeira (Conselho Tutelar e Comitê Popular da Copa DF), Raoni Rosa (UnB – mestrando), Simone Florindo (Cedeca), Simone Lima (ProAnima), Wilton Alexandre de Souza (Cedeca)

A revista Descolad@s, em sua 3ª edição, é uma publicação do Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos

SCS Qd. 1, Ed. Márcia, 13º Andar – Cobertura – Brasília (DF) – CEP: 70.307-900
Brasília (DF) – Brasil – Fone: (61) 3212- 0200; Fax: (61) 3212-0216
E-mail: HYPERLINK "mailto:protocoloinesc@inesc.org.br" "mailto:protocoloinesc@inesc.org.br"
Site: HYPERLINK "http://www.inesc.org.br" "http://www.inesc.org.br"
"t _blank" www.inesc.org.br

Distribuição gratuita

Brasília (DF), 2013
Impresso no Brasil. ISSN: 2237-0331

É permitida a reprodução total ou parcial dos textos aqui reunidos, desde que seja citado(a) o(a) autor(a) e que se inclua a referência ao artigo ou texto original

EDITORIAL

O processo de elaboração da revista Descolad@s é longo, porém muito divertido. Inicialmente, pautamos temas importantes sobre o panorama das crianças e de adolescentes, estudamos o assunto com base no contexto e no objetivo da revista (orçamento e direitos) e, em seguida, cada integrante fica encarregad@ de escrever uma matéria ou um artigo sobre o tema. E, como motivo para comemoração, estamos lançando a terceira edição de nossa revista anual.

Esta edição está repleta de temas polêmicos, mas extremamente relevantes: a relação entre orçamento público e grandes eventos (neste caso, a Copa do Mundo de futebol da Fifa); a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com a desativação dos lixões até o fim de 2014; drogas na perspectiva da saúde pública e sua história. Trabalhamos em momentos que exigiram uma atenção ou até mesmo um aprofundamento maior, como a matéria “Direitos Violados, Direitos Conquistados”, que nesta edição trará uma perspectiva sobre o referido tema no contexto do quilombo Mesquita, localizado numa região próxima ao Distrito Federal (DF). Assim como a entrevista realizada com transexuais, para o debate de relações e direitos fundamentais, e também a matéria “Alma da Cidade”, que trouxe em pauta a produção cinematográfica de Ceilândia (DF) e de um cineasta morador da cidade, Adirley Queirós.

Como cremos que tod@s já saibam, há espaços mais lúdicos e divertidos na revista Descolad@s, além de não menos sérios, nem que exijam menor atenção, ainda que fundamentais da mesma maneira, entretanto mais leves. Alguns exemplos: “Dicas Culturais”, com indicações de obras excelentíssimas de música, literatura e cinema. Já o “Ponto de Encontro” terá como foco a arte de grafitar. Por sua vez, a matéria “Estilo” aborda a arte da tatuagem. Além disso, apresentamos muitos outros assuntos. Este trabalho é realizado com muita dedicação. Apreciam a revista e aguardem, pois teremos surpresas nas próximas edições. Boa leitura!

ISRAEL VITOR DE MELO



S E Ç Õ E S

- 6 DIREITOS EM MOVIMENTO
ORÇAMENTO PÚBLICO: PARTICIPAÇÃO, PRIORIZAÇÃO
DE DIREITOS E FISCALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
- 8 FALANDO DE POLÍTICA
O FINANCIAMENTO DE CAMPANHA E A CORRUPÇÃO
- 10 MUDE DE CANAL
DIREITOS EM RISCO: REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL
- 12 LINK COM O CONGRESSO
TRAMITA HÁ 11 ANOS PROJETO DE LEI QUE VISA REGULAMENTAR
PUBLICIDADE PARA CRIANÇAS
- 14 ARTIGO
QUEREMOS FALAR E SER ESCUTADOS
- 16 DIREITOS VIOLADOS, DIREITOS
CONQUISTADOS
POVO QUIROMBOLA: A LUTA PELO RECONHECIMENTO CONTINUA
- 18 ENSAIO FOTOGRÁFICO
SOBRE QUILOMBO MESQUITA
- 24 FALO MERRRRRRRRMO
- 26 CAVANDO
O POÇO SEM FUNDO DO CRACK
- 30 UM GIRO PELO DF
UM GIRO PELAS ESCOLAS
- 32 ENTREVISTA
TRANSEXUAIS E A DIGNIDADE EM QUESTÃO

- 44 MUITO PRAZER
SEXO E SEXUALIDADE: O QUE A ESCOLA TEM A VER COM ISSO?
- 46 CONVIDADA
MARCHA DAS VADIAS
- 48 ACABEI O ENSINO MÉDIO E AGORA?
- 50 ALMA DA CIDADE
ONDE ESTÃO NOSSAS SALAS DE CINEMA?
- 52 PONTO DE ENCONTRO
AS RUAS TÊM VOZ: GRAFITE, REBELDIA E ARTE
- 54 ESTILO
TATUAGEM
- 56 PROSA E POESIA
- 58 PÉROLAS
- 59 DICAS CULTURAIS
- 60 MEIO AMBIENTE
PRIVATIZAÇÃO DO LIXO: QUEM GANHA COM ISSO?
- 62 ANIMAL
VIDA DE CAVALO: EXPLORAÇÃO DE CAVALOS CARROCEIROS
- 64 DE OLHO NO ORÇAMENTO
- 66 FOTONOVELA
HOMENAGEM À DONA ANTÔNIA

Israel Victor de Melo, 18 anos e Raquel Rodrigues Ferreira, 23 anos

Orçamento público:

O orçamento é uma ferramenta que define prioridades. É por intermédio dos recursos públicos que o Estado cumpre com acordos para garantir nossos direitos. É obrigação do governo, por exemplo, a garantia da universalização da educação de qualidade, mas ele só consegue o cumprimento desse direito se estiver programado no orçamento público. É com ele que prefeitos, governadores e o presidente podem efetivar as políticas públicas. O orçamento público deve estar disponível da forma mais democrática e transparente possível. E isso não é favor do Estado, é um direito.

A política de planejamento e execução orçamentária pode ser compreendida por qualquer pessoa. O Senado Federal elaborou um site que explica o que é o orçamento público em linguagem simples: <www.senado.gov.br/orcamentofacil>.

Para que possamos fiscalizar a execução das políticas públicas, é preciso dialogar e estudar. Está instituído na Constituição e no ECA que é dever do Estado garantir espaços de participação e fiscalização. Aliás, é dever do Estado ser transparente em suas ações. Toda esfera, seja ela federal, estadual, regional, distrital ou administrativa, deve esclarecer a aplicação de recursos que são públicos. Por isso, fiscalize!

Artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Parágrafo único: A garantia de prioridade compreende: (...) c) preferência na formulação e na execução das políticas públicas sociais; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF):

A LRF também prevê mecanismos de transparência do orçamento público.

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o relatório resumido da execução orçamentária e o relatório de gestão fiscal, e as versões simplificadas desses documentos.

Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257, de 2001):

Art. 44. No âmbito municipal, a gestão orçamentária participativa de que trata a alínea f do inciso III do art. 4º desta Lei incluirá a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, como condição obrigatória para sua aprovação pela Câmara Municipal.

Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009:

A Lei da Transparência acrescentou dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 2011):

Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter: I - orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada; II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos; III - informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado; IV - informação primária, íntegra, autêntica e atualizada; V - informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços; VI - informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos; e VII - informação relativa: a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos; b) ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.

participação, priorização de direitos e fiscalização de políticas públicas

O caminho do Orçamento Público no Distrito Federal

O orçamento público é elaborado a cada ano pelo Poder Executivo (cujo representante maior é o governador) e é encaminhado ao Poder Legislativo (a Câmara Legislativa, no caso) para a sua aprovação. As políticas locais devem dialogar com o plano de ação federal, embora sejam independentes.



Analisando um caso concreto

Enquanto o orçamento do DF está sendo empregado para grandes eventos (Copa das Confederações e Copa do Mundo de 2014), mal temos recursos para pagar melhores salários a professores e construir hospitais, escolas, postos de segurança e saúde ou fazer reformas de espaços de lazer, esporte e cultura. Caracterizamos essa relação como prioridade política. Vamos aos números. A partir de dados obtidos no portal da Controladoria-Geral da União (CGU), o governo federal previu um investimento de R\$ 26,4 bilhões com a Copa do Mundo (considerando-se todo o tipo de gasto). Grande parte disso viria de financiamentos do governo federal (R\$ 9,6 bilhões) e da aplicação direta do governo federal (R\$ 6,9 bilhões). Só com estádios para a Copa, o gasto será de R\$ 7,1 bilhões (e essa previsão deve subir). Mais informações no Portal da Transparência (www.portaldatransparencia.gov.br). O portal da CGU revela que foram contratados, faltando 422 dias (quando vimos pela última vez), R\$ 14,59 bilhões. Foram executados, por outro lado, R\$ 4,076 bilhões. A maior parte foi gasta só com estádios: R\$ 2,8 bilhões. Se olharmos, porém, algumas ações previstas pelo orçamento do GDF em 2012, a partir dos dados da Secretaria de Planejamento do DF (www.seplan.df.gov.br), podemos ver que muitas necessidades da população não estão sendo atendidas por falta de prioridade orçamentária.

Ações Selecionadas da Execução da Despesa do Governo do Distrito Federal com base no Orçamento de 2012 Acumulado até o Mês de Dezembro – Ações Selecionadas			
PROGRAMA DE TRABALHO	DOTAÇÃO AUTORIZADA	LIQUIDADO	% DE EXECUÇÃO
15.361.6221.3023.0021 – (OCA) (ODM) PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC – CONSTRUÇÃO DE ESCOLA (CEF) VILA ESTRUTURAL – SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	2.975.322	–	0,00%
15.362.6221.3023.0022 – (OCA) (ODM) PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC – CONSTRUÇÃO DE ESCOLA (CEM) VILA ESTRUTURAL – SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	5.428.176	–	0,00%
12.361.6001.3467.2609 – (OCA) (EP) EQUIPAR A SALA DE ARTE DO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 01 DA ESTRUTURAL	40.000	–	0,00%
12.361.6221.3232.2710 – (OCA) (EP) (EPP) CONSTRUÇÃO DE AUDITÓRIO NO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL Nº 1 DA ESTRUTURAL	400.000	–	0,00%
12.361.6221.3232.2711 – (OCA) (EP) CONSTRUÇÃO DE BIBLIOTECA NO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL Nº 1 DA ESTRUTURAL	–	–	–

Participação

A população tem o direito de participar de todas as fases de elaboração das leis orçamentárias, como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Governos devem ouvir a população e as câmaras legislativas devem realizar audiências públicas para debater projetos de lei antes de aprová-los.

Democratizando a **DEMOCRACIA!**

Vinícius Silva Moreira, 17 anos

**Financiamento público de
campanha e a corrupção**



A política brasileira não nos convence mais. O sistema político está incubado com o vírus da corrupção e da falta de representatividade popular. Na verdade, somos nós que definimos e elegemos os representantes. Mas também somos nós que não agimos e buscamos melhores condições políticas. É necessário mudar essa perspectiva. Precisamos implementar uma reforma no sistema político brasileiro com a iniciativa popular. Essa reforma política visa à ampliação da participação do povo nas decisões políticas, além de aumentar a representatividade das mulheres, dos negros, dos índios, da população do campo e da periferia, dos remanescentes quilombolas, da juventude e da população homoafetiva. Estamos cansados da falta de identidade e dos padrões no poder "democrático". Um dos conteúdos tratados na reforma política é o financiamento público de campanha como forma de deter as irregularidades eleitorais e o famoso "caixa dois". O financiamento público de campanha vem de recursos do Estado e que são repassados aos partidos. O objetivo do financiamento

público é garantir a transparência e a ética no processo eleitoral. Há também a perspectiva de promover a igualdade de condições na disputa partidária, buscando, assim, o fim da interferência do dinheiro privado no exercício da atividade pública.

No financiamento privado de campanha, os recursos monetários são oferecidos por empresas ou grupos privados, cujos montantes muitas vezes não são contabilizados e são oriundos da corrupção, que, por sua vez, vai gerar mais corrupção. Assim, sob o financiamento privado, há um grande risco de que esses grupos sejam privilegiados nas futuras decisões políticas, mesmo sem licitação. Para aprimorar a democracia brasileira é essencial mudar essa realidade.

A exclusividade do financiamento público para as campanhas de plebiscitos e referendos, para debates, para as matérias de informação e para as campanhas de rádio e TV é importante para que o povo possa se conscientizar a respeito dos investimentos gastos e da transparência do poder público. E o mais importante: o Brasil não precisa de uma Copa do Mundo. Precisa de uma reforma política.

Volta à pauta do Congresso Nacional a discussão do projeto de lei que torna imputáveis (sujeitos a pena) os adolescentes menores de 18 anos

Allef Renan, 17 anos

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 33/2012, de autoria do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB), juntamente com outros senadores, prevê mudanças nos artigos 129 e 228 da Constituição Federal (CF) (veja quadro). Ela acrescenta a imputabilidade penal aos maiores de 16 anos e menores de 18 por lei complementar e já está tramitando no Senado Federal. Propostas de redução da maioria penal entram em evidência sempre que um crime envolvendo menores de idade acontece e tem grande exposição pela mídia, gerando comoção nacional. O fato provoca pressão popular para que o tema seja colocado novamente no centro dos debates nas ruas e no parlamento. Segundo a ONG Andi – Comunicação e Direitos, das 18 propostas de redução da maioria penal criadas pela Câmara dos Deputados entre 1989 e 2009, a metade foi apresentada entre novembro de 2003 e março de 2004. Naquele período, estava repercutindo no Brasil o caso do adolescente Champinha, que matou um casal de namorados que acampava no interior de São Paulo, em novembro de 2003.

Outro caso de grande repercussão foi a morte do menino João Hélio, de 6 anos. Após o carro de sua família ter sido roubado e de ele ter ficado preso pelo cinto de segurança do lado de fora do veículo, João Hélio foi arrastado pelas ruas. Dos cinco assaltantes, um tinha menos de 18 anos. O crime aconteceu em 2007, no Rio de Janeiro. Depois desse fato, mais três propostas de redução da maioria penal foram apresentadas no Congresso Nacional. Além disso, segundo monitoramento da Andi em 40 jornais e revistas, no mesmo ano da morte de João Hélio, o número de matérias sobre a redução da maioria penal saltou de uma média de 370 por ano para nada menos do que 3.970. Esses números mostram que é preciso cuidado para que a

sociedade não tome decisões motivadas por comoções e para que o país não corra o risco de ferir direitos, como os das crianças e dos adolescentes, que levaram anos para ser conquistados. Além disso, ao contrário do que a maioria pensa, a maior parte dos crimes contra a vida é praticada por adultos e não por adolescentes. O maior número de casos envolvendo adolescentes é contra o patrimônio. O alarde da mídia faz parecer o contrário.

Comoção, preconceito e imagem distorcida dos adolescentes
Estudos mostram que a maioria dos Projetos de Lei (PL) sobre o tema foi fruto de propostas feitas às pressas, justamente nos momentos do calor das notícias mais trágicas,

sem um debate mais qualificado sobre as causas da violência. A postura da mídia ao tratar do tema também não ajuda muito, contribuindo para construir um imaginário preconceituoso sobre a população adolescente, especialmente a pobre e a negra. O recado dado é que adolescentes na prisão solucionam a violência, base da argumentação dos que querem mudar a lei. Sabemos que isso não é verdade. As causas da violência são muitas e bem mais complexas. Segundo a Constituição Federal, em seu artigo 227, “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. O artigo 4º do ECA também reforça esse dever. A redução da maioria penal significa transferir toda essa responsabilidade ao sistema prisional, que criminaliza a juventude. O ECA prevê medidas próprias para a ressocialização que levam em consideração a gravidade do ato e a possibilidade de se modificar a relação dos adolescentes com a sociedade. Mas o Brasil ainda não assegurou a correta implementação

das medidas socioeducativas, nem do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) (veja quadro).
Como e por que mudar uma lei (o ECA) se ela ainda não foi plenamente efetivada?
As análises do orçamento público feitas pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) apontam que a palavra adolescente mal aparece no documento quando se trata da garantia de direitos, a não ser na área do sistema socioeducativo. Isso mostra que o Estado se preocupa com adolescentes especialmente quando começam a “dar trabalho”. Seus (nossos) direitos não são uma prioridade. A presença do Estado se faz apenas no momento em que o adolescente comete um ato infracional (o equivalente ao crime para os adultos). Antes disso, porém, na comunidade, as escolas estão sucateadas; não há praças e espaços para o lazer; a saúde está mal das pernas; não há centros culturais; e os adolescentes mal chegam a fazer um curso profissionalizante. Meninas e meninos protegidos, bem cuidados e bem amparados dificilmente se tornarão pessoas violentas. Leis mais severas não resolvem a violência. Mais educação, melhor saúde, mais cultura, mais lazer, mais proteção, mais respeito e mais dignidade contribuem para um mundo melhor. Acreditamos nisso!

A Letra da Lei

Art. 228 da CF: “São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial”.

Imputável é a pessoa que pode responder por seus atos e pagar pelos crimes e delitos que cometeu. No Brasil, pessoas que possuam mais de 18 anos e tenham plena capacidade de entender o que cometeram são consideradas imputáveis, ou seja, sujeitas a penas.

Em nosso país, os menores de 18 anos ou aqueles incapazes mentalmente são inimputáveis, ou seja, não podem responder por si judicialmente. Isso não significa que o(a) adolescente não responda pelos atos infracionais que cometeu. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê seis medidas socioeducativas, que variam conforme a gravidade do ato ilícito: advertência, reparação de danos, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação (privação de liberdade).

Sinase

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) foi instituído pela Resolução nº 119/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e aprovado pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Ele é destinado a regulamentar a forma como o poder público deverá prestar o atendimento especializado ao qual adolescentes autores de ato infracional têm direito.

Fonte: Ministério Público do Estado do Paraná

MAMÃE, EU QUERO!

Uma infância livre do consumismo Vinícius Silva Moreira, 17 anos

Quantas vezes você já viu propagandas de alguns alimentos nada saudáveis acompanhados de brinquedos de super-heróis? Ou aquelas roupas que prometem riqueza e felicidade, como as vestes das princesas dos desenhos animados? São muitos os comerciais com esta perspectiva: publicidade infantil!

Há projetos de lei encaminhados à Câmara dos Deputados que proíbem a publicidade direcionada ao público infantil. O Projeto de Lei (PL) nº 5.921/2001 está em tramitação há 11 anos e foi proposto pelo deputado federal Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR). Hoje, o projeto está na comissão de Ciência e Tecnologia. O Projeto de Lei nº 4.440/2008, proposto pelo deputado Celso Russomano (PP/SP), "estabelece como abusiva a publicidade que possa induzir a criança a desres-

peitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família". O PL nº 6.693/2009, apresentado em 21/12/2009, da autoria do Capitão Assunção (PSB/ES), dispõe sobre a proibição de publicidade nos meios de comunicação de produtos voltados ao público infantil em horários compreendidos entre as 6h e as 20h. O PL ainda está em tramitação.

Dois projetos de lei aprovados na Assembleia Legislativa de São Paulo podem proibir a venda de alimentos acompanhados de brinquedos e diminuir a vinculação de *junk food*¹ voltado às crianças. O PL 1.096/2011, de autoria do deputado estadual Alex Manente (PPS/SP), proíbe a venda de alimentos com brindes e prevê a implementação de multa em caso de descumprimento, com base no Código de Defesa do Consumidor. Infelizmente, o governador de São Paulo,

Geraldo Alckmin, vetou o projeto pela segunda vez. O PL 193/2008, do deputado Rui Falcão PT/SP, prevê a proibição da veiculação de anúncios de alimentos não saudáveis no rádio e na TV entre as 6h e as 21h. Especialistas afirmam que a publicidade infantil precisa de um controle maior do Estado. O principal argumento é que a regulamentação do setor publicitário e o controle dos pais não são suficientes para evitar que a publicidade tenha mais influência no desenvolvimento infantil do que a própria educação.

O apelo consumista com a ideia de felicidade está atrelado ao estresse familiar, devido à dificuldade que os pais acabam enfrentando diante dos excessivos pedidos dos filhos. "A publicidade voltada para o público infantil dita como a criança deve ser, o que deve possuir e com quem deve se parecer para ser aceita socialmente. Logo, a criança passa a se definir pelo que tem e não por quem é. A consequência disso é que as relações afetivas passam a ser medidas pelas relações de consumo", disse Ekaterine Karageorgiadis, do Instituto Alana.² Outro problema preocupante é a obesidade infantil. A popularização da televisão acarretou a diminuição das atividades físicas na infância. Além disso, os comerciais de TV transmitem características de produtos alimentícios que despertam a atenção e o desejo das crianças. O mais importante é lembrar que elas não são apenas espectadoras, mas sim crianças, e crianças têm que brincar. As brincadeiras são fontes de estímulos ao desenvolvimento cognitivo, social e afetivo infantil e também são uma forma de autoexpressão, contribuindo para o processo de socialização de meninos e meninas.

Precisamos avançar na temática da publicidade infantil. "A publicidade deve ser voltada aos pais ou responsáveis que têm o poder de compra", diz Ekaterine. A sociedade civil, os deputados e os meios de comunicação precisam saber das consequências de uma publicidade não regulada. Cabe ao Estado assegurar que todos os seus cidadãos tenham seus direitos garantidos. E que isso comece logo na infância.

Queremos falar e ser escutados!

Flavia Rayelle, 19 anos

Sou uma adolescente que já cumpri medida socioeducativa de privação de liberdade. Fui interna durante 2 anos e 10 meses. Saí no final do ano passado. Hoje cumpro a medida de liberdade assistida (veja o quadro). Onde fiquei não tive a oportunidade de realizar o meu maior sonho, que era ser uma jogadora de futebol. Na verdade, eu e outras garotas passávamos a maior parte do dia presas dentro de um cubículo e não tínhamos as mesmas oportunidades que os meninos. Eles jogavam bola, podiam usar roupas coloridas, enquanto nós não éramos autorizadas a fazer atividades físicas com a mesma frequência e ainda éramos obrigadas a usar um uniforme muitas vezes maior do que o nosso manequim. Um dia, eu e outras duas meninas fomos convidadas pelo pedagogo da Unidade de Internação do Plano Piloto (Uipp), do antigo Cajé, para participar de um projeto. No grupo havia uns 12 meninos e só três meninas. Nós não sabíamos do que se tratava, mas quando começamos a conversar, senti que muitas das pessoas que estavam ali tinham algo em comum: a necessidade do diálogo. Queríamos falar e ser escutados. Nas oficinas, conversamos sobre a mídia, sobre oportunidades e direitos. Analisamos que a

mídia nos critica e não nos ouve. ELA DITA OS TERMOS, JULGA OS ATOS E NOS DECLARA CULPADOS.

Então, resolvemos nos expressar, dizendo o que realmente acontece no nosso dia a dia. Acreditamos que é importante a sociedade nos ouvir, em vez de somente nos criticar. Não queremos o perdão, simplesmente. Reconhecemos que erramos, mas queremos que a sociedade nos ouça e compreenda a nossa parte.

O projeto Onda, do Inesc, nos ajudou a elaborar um programa de rádio. No programa, falamos sobre adolescentes infratores, sobre o que leva um adolescente a cometer um ato infracional, sobre o que a mídia fala de nós e como é a vida de quem cumpre uma medida socioeducativa em regime de privação de liberdade.

Aprendemos que a comunicação é um direito de todas as pessoas e a experiência me ensinou que nem tudo é do jeito que a gente quer, mas pelo diálogo podemos construir novas relações e novas oportunidades.

O programa de rádio acabou ganhando um prêmio internacional no México, durante a 9ª Convenção Internacional do Rádio. Tiramos o 3º lugar. Ficamos muito felizes, e nossas famílias, orgulhosas.

(*) Nome fictício, para preservar a identidade da jovem

O que é liberdade assistida?

A liberdade assistida (LA) é uma medida que prevê que o(a) adolescente em conflito com a lei seja acompanhado(a), auxiliado(a) e orientado(a) por uma pessoa designada por autoridade com a finalidade de ajudar a promovê-lo(a) socialmente: acompanhá-lo(a) na escola, inseri-lo(a) em cursos profissionalizantes, promover seu acesso aos esportes e à cultura, por exemplo.



**COMUNICAÇÃO
TAMBÉM É UM DIREITO!**



POVO QUILOMBOLA:

a luta pelo reconhecimento continua

Alex Antônio Mudesto, 18 anos
Walisson Braga da Costa, 16 anos

A cultura afro, uma das mais antigas no Brasil, tem endereço certo em alguns pontos do território nacional: os quilombos. Seus moradores, conhecidos como quilombolas, são descendentes de escravos que lutaram bravamente para conquistar sua liberdade. Em todo o território nacional existem hoje cerca de cinco mil comunidades quilombolas. Uma delas fica a poucos quilômetros da Capital Federal, na Cidade Ocidental, em Goiás. O Quilombo do Mesquita reúne cerca de 800 habitantes, que procuram manter suas tradições culturais com a produção de goiabada, marmelada, artesanato, biscoitos e as festas tradicionais, como as do Marmelo e de Nossa Senhora da Abadia.

Apesar de seus moradores terem conseguido recentemente o reconhecimento de sua área como remanescente de quilombo, ainda há muitos problemas a serem enfrentados pelo povo.

Direitos: uma luta sem fim

Faltam recursos para a comunidade do Quilombo do Mesquita, porque a prefeitura de Cidade Ocidental (GO) não direciona verbas suficientes para o povo quilombola. Alguns moradores da cidade acham, inclusive, que haver um quilombo por lá é um atraso para o desenvolvimento local, já que não se pode vender a terra para fazer obras como condomínios, que para eles são mais importantes do que a riqueza cultural de todo um povo.

Essa mentalidade discriminatória já “contagiou” até mesmo alguns quilombolas, que se mostram constrangidos de se assumir como integrantes da comunidade. A situação chegou a tal ponto que até mesmo alguns professores que ensinam na única escola que existe na região não querem mais falar para os estudantes sobre a própria história do Quilombo do Mesquita. Mesmo com a demarcação das terras, o povo ainda sofre constantes ameaças de invasão, especialmente por parte de grandes empresários que têm o apoio de alguns políticos locais.

Parte da mata natural e da água limpa que havia no quilombo já se perdeu com o desmatamento e a ocupação desordenada da terra. Muitos animais nativos também desapareceram, porque perderam seu habitat natural. Juntamente com a terra, a água e com várias espécies animais e vegetais, o que também está ameaçado é o próprio modo de vida de uma comunidade inteira, com suas crenças e tradições.

Outro problema comum aos moradores do Quilombo do Mesquita é o trabalho infantil. Muitas meninas, com apenas 12 ou 13 anos, saem precocemente de suas casas para trabalhar como domésticas em casas de família na Cidade Ocidental. A necessidade de ajudar no sustento de suas casas e a falta de segurança de suas terras levam crianças e adolescentes a deixar seus estudos e a trabalhar.

Direitos conquistados...

Apesar do preconceito que ainda sofrem, muitos dos jovens quilombolas, porém, têm orgulho de afirmar sua origem e de se declarar como descendentes de escravos, um povo que lutou e luta até hoje por seus direitos. Mesmo sabendo que seu povo foi e é massacrado até hoje, os exemplos que eles têm de líderes do passado e do presente incentivam que cada jovem quilombola consiga ter referenciais nos quais se espelhar e para seguir em frente.

Lideranças têm mostrado ao povo a importância da luta, de manter a cabeça erguida, de não perder a esperança, de reconhecer a beleza de sua cultura e de enxergar em cada pequena conquista um grande passo para a garantia dos direitos do povo quilombola.

Uma dessas conquistas de todos os habitantes de quilombos no país foi o reconhecimento público do seu direito à propriedade da terra onde habitam. A luta, liderada pelo movimento negro, resultou no direito constitucional (previsto no artigo 215 da Constituição Federal) que aponta a terra como um direito cultural (já que está intimamente ligado à identidade do povo). Esse respaldo legal foi regulamentado pelo Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que em seu artigo 68 diz: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Entretanto, apesar da conquista do texto constitucional, a luta pela terra ainda é uma constante para as comunidades quilombolas, porque – para assegurar a posse das suas áreas – elas precisam ser reconhecidas pelo Estado, e esse processo normalmente é muito lento.

Além disso, há ainda o problema da cobrança indevida do Imposto Territorial Rural (ITR) sobre as terras coletivas usadas e a luta para que nas comunidades haja locais de lazer, praças, parques, quadras, espaços culturais para crianças e jovens. Sem deixar de falar da dificuldade de remoção, das áreas demarcadas, de pessoas que não são remanescentes dos quilombos.

Talvez, a mais importante conquista alcançada pelas comunidades quilombolas e por todo o povo negro no país seja o sistema de cotas raciais. O sistema de cotas foi experimentado no Brasil, pela primeira vez, na Universidade de Brasília (UnB), que desde 2003 já tinha adotado esta prática. Parte de uma política afirmativa, o sistema de cotas tem estimulado que muitos jovens quilombolas continuem seus estudos e cheguem às universidades. Essa oportunidade tem significado uma revolução cultural, na medida em que os jovens passam a estabelecer metas mais ambiciosas do que simplesmente chegar ao ensino médio. Hoje, há jovens do Quilombo do Mesquita, por exemplo, que já estão fazendo curso superior e podem agora dar a sua contribuição para o desenvolvimento da sua própria comunidade.

O que significa o termo “quilombolas”?

Quilombolas são os descendentes de africanos escravizados que mantêm tradições culturais, de subsistência e religiosas ao longo dos séculos. Muitos ancestrais dos quilombolas de hoje são habitantes dos antigos *quilombos* do Brasil colonial, que fugiam do jugo escravocrata e fundavam comunidades autônomas e livres. A palavra quilombo vem do idioma quimbundo, de origem africana.

Fonte: Fundação Cultural Palmares (com adaptações).



[SEM PALAVRAS]







Renata Bueno
17 anos, Asa Norte

A EDUCAÇÃO TEM TUDO
PARA SER BOA, MAS FALTA
A ESTRUTURA NECESSÁRIA
PARA ISSO.

Bruno Moraes
18 anos, Guará

Ninguém pode se contentar com
apenas um restaurante comunitário.
Porra, como ficam os hospitais?
E a educação?

Danielle Sousa
18 anos, Brazlândia

É um governo omissivo, sem
qualquer noção de cidadania.

O GOVERNO ALEGA QUE NÃO
TEM VERBA PARA DAR O QUE OS
PROFESSORES PEDEM, MAS TEM
POLÍTICO QUE TIRA PARTE DA VERBA
PÚBLICA PARA PAGAR RAÇÃO CARA
PRO YORKSHIRE DELE.

Renata Bueno
17 anos, Asa Norte

Lucas Daniel
17 anos, Paranoá

PROMESSAS E PROMESSAS DE
EDUCAÇÃO E SAÚDE NA ÉPOCA DE
ELEIÇÕES, E ATÉ AGORA SÓ TEMOS
ESTÁDIO DE FUTEBOL.

Brasília está um
verdadeiro festival de
greves (professores,
metroviários...). Tá na
hora de acordar e ver
que isso prejudica TUDO!

João Paulo
15 anos, Taguatinga

Kássia Cristina
16 anos, Lago Norte

O GOVERNO ESTÁ
APENAS INVESTINDO
NA COPA PRA POSAR
DE BONITINHO PRO
RESTO DO MUNDO.

FALO
MERRRRRRRRRRMO!

O poço sem fundo do crack

Cristiany Lima (17 anos), Isabel Amorim (22 anos) e Wallison Lopes (16 anos)

A coca é uma planta nativa da Bolívia e do Peru que tem 14 alcaloides (substâncias derivadas da planta), sendo que o alcaloide da cocaína é utilizado para fazer o *crack*. A folha da coca é uma planta medicinal muito utilizada tradicionalmente pelos habitantes da América para combater cólicas, dores no estômago, enjoos, problemas de pele, circulação, etc. Em alguns países, principalmente no Peru, a folha da coca também era (e ainda é) mascada com outros vegetais para aliviar a fome e dar mais disposição. Além disso, seu sumo é usado nos machucados, para aliviar as dores.

Fotos: Márcia Acioli

Em 1884, o neurofisiologista austríaco e pai da psicanálise, Sigmund Freud, escreveu um estudo chamado “*Über Coca*”, no qual concluiu que a cocaína é um estimulante da mente e que pode tratar a asma, entre outras doenças, além de ser um anestésico local. Freud chegou a adotar a cocaína para o tratamento da dependência da morfina (substância produzida a partir do ópio). Na década de 1980, foi descoberta a potência que a cocaína tem quando é refinada (ou seja, tem seu poder multiplicado, com a presença de outros produtos químicos) e depois inalada ou injetada, sob cujas formas de uso ela ficou popular. Anos depois, sua utilização foi proibida e ela tornou-se uma droga ilícita.

O rápido alastramento da droga

O *crack* é, atualmente, um dos maiores problemas que o país enfrenta no que diz respeito ao tratamento de dependentes químicos e enfrentamento ao tráfico de entorpecentes. Os primeiros registros da existência do *crack* surgiram na periferia das grandes cidades dos Estados Unidos. Em 1990, a droga chegou ao Brasil, pela periferia de São Paulo, e logo se espalhou por outros estados. Desde então, a droga se alastrou por todo o país e tem feito milhares de vítimas, principalmente entre os jovens das periferias das grandes metrópoles. O poder do *crack*, capaz de gerar dependência em um curto espaço de tempo, e o seu baixo custo (quando comparado com o de outras drogas) explicam a enorme difusão que a droga alcançou nos últimos anos. O *crack* é um subproduto da cocaína, produzido a partir da mistura com uma série de outras substâncias, principalmente o bicarbonato de sódio. O nome da droga surgiu pela capacidade que ela tem de estalar quando é aquecida. A sua origem e popularização se devem, principalmente, ao elevado preço da cocaína e à necessidade que os traficantes têm de produzir drogas mais baratas e com efeitos mais fortes. Pelo fato de ser inalada a partir do fumo, a pedra do *crack* causa dependência imediata e tem um efeito potencializado, em comparação com outras drogas.

A fumaça do *crack* atinge o sistema nervoso em até 10 segundos, causando muita euforia. Seu efeito dura até 10 minutos e, quando

passa, o usuário sente uma necessidade muito grande de usar a droga novamente, pelo mal-estar que sua abstinência causa. Seu uso ocasiona muitos danos à saúde, especialmente porque, para inalar a droga, o usuário normalmente aquece a substância em uma lata de refrigerante e, com isso, além do vapor da droga, ele acaba aspirando também o alumínio da lata, causando problemas ao cérebro, aos pulmões, rins e ossos.

O *crack* é tão potente que o organismo do dependente passa a funcionar em relação à droga. A pessoa quase não come nem dorme, ficando desnutrida, e seu coração passa a bater mais rápido. O uso contínuo da substância pode acarretar a degeneração dos músculos. E, geralmente, as mortes são ocasionadas por doenças cardiovasculares (derrame e/ou infarto) ou por exposição à violência, pelo envolvimento com traficantes.

Os mais afetados com o tráfico de drogas são os jovens que, por curiosidade e/ou para fugir de problemas pessoais, muitas vezes acabam buscando refúgio em locais onde há o uso do *crack*. Consequentemente, acabam entrando no mundo das drogas e indo parar, na maioria das vezes, nas *cracolândias*: lugares onde se reúnem os dependentes e que, por tal razão, tornam-se um problema social e urbano.

O tratamento e a internação forçada

No Brasil, o sistema de redução de danos que o governo oferece é o tratamento que encontramos nos Centros de Atenção Psicossocial (Caps). Além dos médicos, esses centros têm (ou deveriam ter) psicólogos que envolvem a família para ajudar o dependente a se recuperar. O tratamento dos Caps substitui a internação em hospitais psiquiátricos e é baseado na escuta e resposta, tentando ajudar as pessoas para que elas sejam capazes de (re)construir suas histórias. Os centros também procuram reinserir as pessoas na sociedade, a partir de oficinas de arte, grupos de leitura, atividades esportivas, etc.

Na prática, entretanto, o que se vê é que este serviço não é suficiente para universalizar o direito. Ou seja, muitos usuários não conseguem vagas nas unidades de tratamento e continuam nas ruas, sem qualquer assistência, especialmente meninos e meni-

nas de rua e em situação de vulnerabilidade social. Nos últimos anos, um debate ganhou muita visibilidade na mídia e na sociedade: a legitimidade ou não da internação compulsória (forçada) dos dependentes. Não há como negar o fato de que a internação compulsória é uma violação de todos os direitos dos dependentes. Eles são abordados nas chamadas cracolândias e, contra a sua vontade, são mandados para instituições para que sejam tratados do seu vício. Especialistas compreendem que nenhum tratamento será eficaz se não houver interesse do próprio dependente e se o contexto social de adversidade em que a pessoa está inserida também não for resolvido.

A família ajuda ou atrapalha?

Outra discussão sobre o tratamento de dependentes diz respeito à participação da família. A promotora de Justiça de Minas Gerais, Grazielle Lopes Santos Maia, que participou do Fórum Nacional de Saúde Mental Infanto-Juvenil (em 12 e 13 de novembro de 2012), em Brasília (DF), explicou que “é fundamental a presença da família no tratamento, visto que o sofrimento e os problemas sociais não se restringem somente aos usuários de drogas, estendendo-se para os familiares e amigos”. Ela defende que as famílias tenham treinamento para apoiar o dependente. A promotora disse que, muitas vezes, os familiares não entendem que “os processos de melhora e recaída são um desafio permanente, em que todos podem contribuir para que a pessoa se sinta fortalecida e em condições de persistir na reabilitação”.

Uma Justiça diferente

Em alguns estados do Brasil, traficantes dependentes podem ter o seu caso analisado pela Justiça Terapêutica. Eles podem optar entre o tratamento médico ou o pagamento de pena judicial, de acordo com a gravidade do delito. Essa alternativa judicial surgiu nos Estados Unidos, no governo do presidente Reagan, na década de 1980, com a política de “Tolerância Zero à Criminalidade”. Essa política foi uma das expressões do início e da expansão do neoliberalismo, um sistema econômico que pode trazer a

criminalização da miséria e da dependência das drogas ou *drogadição*. Em 6 de junho de 2012, foi apresentado à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 4.033/2012, de autoria do deputado Eduardo da Fonte (PP-PE), “que institui o Programa Justiça Terapêutica no âmbito do Juizado Especial Criminal, com o objetivo de possibilitar a reabilitação de usuários e dependentes de drogas que cometam infrações de menor potencial ofensivo”. O projeto ainda não foi aprovado por nenhuma comissão, mas está na Pauta Brasil de Combate às Drogas.

Para recuperar ou controlar??

A lógica desse modelo é tratar os “pequenos criminosos” para diminuir o risco de que eles se tornem “grandes criminosos”. A Justiça Terapêutica é uma tentativa de garantir a manutenção da ordem pública que, neste caso, significa o controle sobre o crescimento da violência. A proposta da Justiça Terapêutica vai de encontro ao princípio básico da penalidade, que é a punição do indivíduo de acordo com o ato infracional cometido por ele. Ou seja: o indivíduo deve ser punido porque cometeu um crime que prejudicou terceiros; deve ser punido pelo que fez, e não pelo que é. No caso da Justiça Terapêutica, o sujeito que opta pelo tratamento psiquiátrico tem seus registros criminais apagados, mas não pode escolher onde e como irá se tratar. No cenário brasileiro de crise carcerária, que vai desde a superpopulação dos presídios até graves violações dos Direitos Humanos, esse modelo poderia ser uma importante contribuição para acabar gradativamente com o problema.

O problema é seu, e você é o culpado

Problemas sociais como a drogadição e a criminalidade são vistos no Brasil como problemas pessoais; por isso, surge a *culpabilização* do indivíduo pela sua miséria, pelo seu status social, pelo seu sofrimento, pelo seu transtorno emocional e pela sua relação com a droga. Dessa forma, o indivíduo passa a ser criminoso e doente. Esse pensamento permite que a saúde não seja encarada como um direito desse sujeito, mas sim como um dever. O tratamento torna-se praticamente obrigatório, o que se assemelha com as internações compulsórias, como as que ocorriam com os portadores de transtornos mentais e hanseníase até o fim do século pas-



sado, quando as instituições asilares foram proibidas de existir no país por lei federal. Como o Brasil vive uma longa e profunda crise na saúde pública, com escassez de hospitais e postos de saúde – em especial para tratamentos, como os indicados para usuários de drogas –, o modelo de Justiça Terapêutica transfere as responsabilidades do tratamento para ONGs, instituições e clínicas privadas. O pressuposto desse modelo é resolver o problema pela raiz, mas a raiz do problema está espalhada por muitos outros terrenos, desde as particularidades do indivíduo até os problemas de saúde pública, as responsabilidades do Estado, a falta de acesso à educação e ao trabalho, além das relações familiares conturbadas.

Você sabe o que é Redução de Danos?

Na IV Conferência Latino-Americana sobre Política de Drogas, sediada em Bogotá, na Colômbia, foi discutido que, em vez de

criminalizar os usuários, devemos reeducá-los. Além disso, foi debatido que não se pode acabar com as drogas exterminando pessoas. Isso tem a ver com um modelo de tratamento chamado Redução de Danos. “Nem sempre é possível alcançar, de imediato, a abstinência do uso da droga, e muitas pessoas continuarão a usá-la, mesmo depois de um processo de tratamento. Nesse sentido, é preciso encontrar alternativas capazes de reduzir os prejuízos associados a este consumo. Incentivar o dependente de *crack* a cuidar de si, sem que a condição para isso seja a interrupção total do uso da droga, é a estratégia central das ações de Redução de Danos à saúde do usuário. Ao reduzirem os problemas associados com o uso de drogas no âmbito social, econômico e de saúde, estas estratégias beneficiam o usuário, seus familiares e a própria comunidade”. Fonte: <http://www.brasil.gov.br/enfrentandoocrack/cuidado/reducao-de-danos>

UM GIRO PELAS ESCOLAS

Allef Renan, 17 anos

Hoje reparei que a minha escola não tem estrutura. Ao sair da minha sala, eu me deparei com uma porta no meio da quadra, que, aliás, nem sei se aquilo é realmente uma quadra. Fomos ao banheiro para retocar a maquiagem: não tem um espelho e nem água. Ao sair do banheiro, fui para minha sala de aula e me deparei com uma garota sendo derrubada por outro aluno do degrau que separa as salas de aula de certo lugar que chamam de quadra. Aliás, a trave do gol caiu em cima de um aluno e umas meninas levaram uma bolada na cabeça por falta de estrutura na quadra. Também já foi pedida uma quadra coberta e não foram realizados os nossos pedidos, infelizmente. PEDIMOS A AJUDA DE TODOS PARA HAVER UM CONFORTO NA NOSSA ESCOLA...

Naiara Budin, Escola Municipal Aleixo Pereira Braga I Cidade Ocidental (GO)

Gosto da biblioteca, pois tem livros que ajudam nos deveres da escola. Em compensação, a quadra de esportes é descoberta. Não dá para fazer atividades físicas na estação da seca por causa do calor, nem na estação de chuva.

Hernan Araújo de Carvalho, 2º Ano, CEF Carlos Mota



CEF CARLOS MOTA



CENTRO DE ENSINO MÉDIO PAULO FREIRE

Minha escola é boa pelos ótimos projetos da direção, como teatro, mas acho ruim porque alunos entram facilmente portando drogas e outras coisas, causando marginalidade e atrapalhando quem realmente quer estudar.

Amanda dos Santos, CEM Setor Leste – Asa Sul – 2º ano

O ponto bom é que a escola é bem cuidada, tipo, com questão de limpeza; tem projetos que atendem à população: capoeira, ginástica para idosos e oficinas de reforço. O ponto ruim são os alunos indisciplinados, que arranjam brigas fora da escola e mancham o nome dela.

Michael Torres, CED 02 – Guará I



ESCOLA MUNICIPAL ALEIXO PEREIRA BRAGA

Minha escola é boa pelo fácil acesso, pela organização, pela meta de ensino e pelos bons professores. Por outro lado, é uma vergonha pela falta de critério: é rigorosa com coisas que deveriam ser relevadas e age com moleza com assuntos mais graves.

Igor Souza, CED 02 – Guará I

Minha escola é boa pela ótima qualidade de ensino. Minha escola é ruim pela estrutura física precária (goteiras, falta de luz...).

Lindolfo Pedro (CEM 8 04) Recanto das Emas – 2º ano

Os professores da minha escola são bem preparados e o diretor está melhorando a infraestrutura da escola. A biblioteca é boa, embora o acervo precise ser atualizado. Outra coisa legal é que inauguramos a rádio da escola, que serve para comunicação com a escola inteira e para rolar música no intervalo. Também acho importante citar que o grêmio é bem ativo. O que não está legal é o sistema de provas, que está bagunçado. Temos o sistema de provão, de provas específicas, mas que não estão bem afinadas. Também acho que é necessário criar um padrão para as provas. E mais: neste ano faltou muito professor. Uns estavam doentes, outros de licença, uns se aposentaram... E, com isso, houve defasagem de conteúdo.

Matheus Lourival, 18 anos, Centro de Ensino Médio Paulo Freire



CEAN

Minha escola tem uma boa estrutura, tanto física quanto da direção, e ótima qualidade de ensino. O que não gosto é que o teatro da escola não é utilizado pelos alunos, mas por pessoas de fora.

Larissa Oliveira, Cemeit – Taguatinga

O que eu mais gosto no Cean é a forma como temos liberdade de expressão sem represálias (ou poucas), o contato que conseguimos ter com a maioria dos professores e o reflexo positivo que isso gera nos alunos. As semanas culturais, feiras, gincanas, por mais que nos deixem loucos, são bem legais e importantes, para quando estivermos construindo nossas vidas e estivermos com nossos filhos podermos contar o quão legal era a nossa escola. O que eu não gosto no Cean é o desinteresse dos alunos pelas coisas que são propostas, a preguiça, a moleza... Nossa... Dão muita raiva a falta de segurança, o medo de ser roubado por alguém de fora ou até mesmo por aluno da escola. Isso está pior a cada ano que passa.

Ariel Cristina, Cean

A escola é espaçosa e tem lugares para fazer algumas atividades diárias. O ruim é ter que ir com sapatos fechados mesmo no calor.

Iara Kilvia Ramos Teixeira, 1º ano, CEF 01 – Paranoá



CEM 02 - GAMA

Uma das coisas boas do Cean é que é um colégio “inclusivo”, tipo não tem discriminação de raça, cor, sexualidade... E os eventos, as festinhas... E a conexão que a direção tenta sempre ter com os alunos. Não gosto da quadra de vôlei: tô lá há dois anos e até agora ela nem foi concertada! Uma sacanagem... Não falo dos banheiros, porque quem destrói são os próprios alunos.

Pedro Melo, Cean



CEF 01 – PARANOÁ

Da minha escola destaco a boa convivência e a relação entre alunos e entre alunos e professores, o que torna o ambiente agradável e harmônico. O corpo docente, em sua qualificação, propicia maior confiança no ensino. O CEM 02 do Gama também possui suas deficiências, tais como a falha de comunicação da direção para com alunos, pais e professores, além dos escassos passeios culturais e da falta de dinâmicas que reforçariam o conteúdo aplicado em sala. A inacessibilidade ou a falta de acessibilidade segura para as quadras para portadores de necessidades especiais é um problema que merece ser questionado.

Esther Oliveira Gonçalves – CEM 02 do Gama



CORPOS E IDENTIDADES EM TRANSFORMAÇÃO, A DIGNIDADE EM QUESTÃO

Israel Victor de Melo, 18 anos
Gabriella Dias dos Santos, 21 anos

REFERÊNCIA LITERÁRIA

“Viagem solitária: memórias de um transexual trinta anos depois”, de João Nery (editora Leya), conta a história de João, considerado o primeiro transexual a ser operado no Brasil. Apesar de ter nascido mulher (Joana), João diz que se descobriu homem ainda criança e, a partir daí, passou a “lutar contra seu corpo”. Além da boa relação com o pai, a imaginação também o ajudou a superar as dificuldades e realizar parte de seus sonhos de infância: ser um super-herói, casar com uma princesa e ser pai. Com pouco mais de 60 anos, João reverencia o passado e diz que, se não fosse Joana antes, não seria o que é hoje. Sobre a felicidade? Ele cita Buda: “Não há um caminho para a felicidade. A felicidade é o caminho”.

A entrevista na revista Descolad@s sempre tem o tom de conversa de adolescentes para adolescentes. Mesmo que entrevistadores e entrevistados não sejam adolescentes em idade, o enfoque dado será sempre nessa fase da vida. A nossa intenção aqui é garantir um espaço de troca de experiências de vida com o foco nos direitos humanos de crianças e adolescentes. Para que pudéssemos falar sobre transexualidade como conceito e questão social importante, usamos como referência para a conversa o livro “Viagem solitária: memórias de um transexual trinta anos depois”, de João Nery

Paula nasceu em 1976. Aos dois anos, foi adotada pela família que considera sua “família de verdade”. Perdeu o pai aos dezesseis anos. Passou uma parte da vida na Asa Sul e, depois, na Asa Norte, quando foi morar na Casa do Estudante, da Universidade de Brasília (UnB). É formada em Letras.

Caetano tem 23 anos e nasceu em Santos (SP). Fez o ensino médio em Maceió (AL) e mudou-se para Curitiba (PR), para cursar Direito na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Não concluiu o curso. Passou no vestibular da UnB para Ciências Políticas e se mudou para Brasília (DF). Sua família mora no interior de Pernambuco.

Descolad@s: Um corpo transexual é um corpo que é fruto de uma transformação. Para que possamos começar, pedimos que falem um pouco de vocês e de suas experiências de vida.

Caetano: Na verdade, eu não tinha exatamente essa percepção clara na infância. Eu achava que algo me incomodava nesse sentido, mas eu não sabia o que era. Acreditava que alguma coisa estava errada, mas que eu ia me acostumar, ia ter que viver mesmo, porque não tinha conserto para mim. Eu só fui descobrir que existia um processo de transição, pelo qual eu tinha que passar – que envolvia processo médico, cirurgia – mais tarde, quando entrei na faculdade de Direito. Uma vez, uma professora de Direito Civil explicou o processo de mudança de nome, de reconhecimento de uma transexual, de modificação de registro civil, dizendo

todos os absurdos que eram encontrados em vários casos. Pensei: tem nome para isso! Eu fui procurar na internet e encontrei muitas informações de fora, porque aqui no Brasil elas são difíceis de ser encontradas. Encontrei muitas informações trocadas, porque as pessoas não sabem realmente como funciona o processo. Vi que fazia sentido, e na hora tudo se encaixou perfeitamente. Depois de um mês, fui apresentar um trabalho no Rio de Janeiro. Quando voltei, cortei o cabelo. Era uma tentativa mesmo de me encaixar. **Eu queria ser de outro jeito, mas – já que eu não achava que dava para ser de outro jeito – eu queria mesmo seguir todos os estereótipos para forçar, me encaixar naquilo ali.** Comecei a conversar com os amigos, que foram super tranquilos comigo. Só chegaram e me disseram: “vê se você tem certeza”. A partir do momento que me decidi, eles me apoiaram.

ENTREVISTA

Hoje, olhando para a minha infância, eu consigo ver determinadas coisas que deixam tudo muito claro, mas naquela época eu não tinha essa dimensão, a experiência *para juntar tudo* e dizer: *nossa, isso aqui é reflexo de tal coisa*.

Paula: É muito interessante, porque o que ele [Caetano] odeia, eu adoro, e vice-versa. É aquela coisa: *meu Deus, se pudéssemos trocar, seria perfeito!* Como eu me escondi esse tempo todo, eu cheguei a ter uma formação educacional boa, nível escolar alto, me formei, etc. Mas eu não consigo ter ainda essa perspectiva de direitos humanos. Primeiro, porque eu acho que parece ser um

saí, estava morrendo de medo. Se alguém me pegasse, eu iria morrer. Percebi que ninguém tinha brigado comigo. Fiquei muito empolgado. Na época, eu não associei esse fato. Eu não conseguia pensar que, eventualmente, eu pudesse ser um homossexual, porque não conhecia nem a palavra, o termo, nada. Hoje, eu realmente não consigo olhar fotos antigas. Não vejo nada, eu fico muito irritado, mesmo.

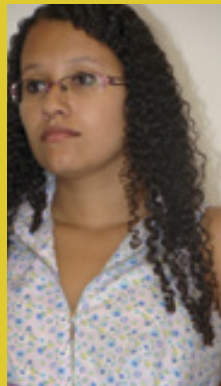
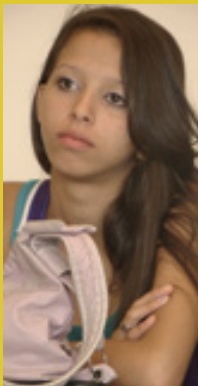
Paula: Eu era uma criança adotada e eu não sabia se iam me botar de volta na creche. Dependendo da idade, não tem mais creche, você vai para a Febem, sei lá onde. Eu pensava: *como é que vai ser, como é que*

não está escrito *Marcelo Caetano*. O semestre passado [1º de 2012] foi o semestre em que eu mais tive problemas com os professores em relação a isso. Eu fiz sete matérias e tive que trancar seis, porque os professores não aceitavam. Eu gostaria de ter brigado um pouco mais com eles (professores), ter discutido um pouco mais, mas considero uma situação subjetivamente muito constrangedora. Enquanto isso, aguardo a regulamentação definitiva para que o nome venha automático na chamada.

Paula: Eu estava lendo um trecho do livro do João Nery: “[...] É uma fase, vai passar,

Por não haver uma legislação específica ou mesmo um posicionamento do MEC em relação ao uso do nome social nas escolas, a exemplo do Ministério da Saúde, alguns estados, municípios ou mesmo universidades normatizaram essa questão. Percebemos que essa ausência dificulta a permanência na escola e o processo de solicitação do uso do nome é pensado como um pedido individual e não como parte de uma luta política por reconhecimento.

mim é falar ao telefone, porque aqui, na aparência, é uma moça, mas quando você atende o telefone, a voz diz se é senhor ou senhora. Porque a gente atribui o gênero



pouco complicado. É bastante complicado. Ao mesmo tempo em que eu queria que não me descobrissem, eu queria que me descobrissem. E aí, provavelmente, se me descobrissem, seria uma revolução na minha vida, seria outra vida. Não necessariamente melhor. **Eu não sei se eu teria sobrevivido à adolescência, porque o bullying é muito forte.**

Descolad@s: Falem sobre a infância de vocês.

Caetano: **Eu lembro uma vez (eu deveria ter uns oito ou nove anos...) que eu vesti uma roupa do meu pai, fui ao shopping e usei o banheiro masculino, porque eu queria ver se eu conseguia passar como homem. Aí, eu fui ao shopping, usei o banheiro masculino e ninguém brigou comigo.** Na hora em que eu

não vai ser? Mas me descobriram. Eu estava de maiô rosa em frente ao espelho. Esqueci de trancar a porta, e ela [a mãe] chegou. Aí, ignoraram a questão.

Descolad@s: **Contem para nós um pouco sobre as dificuldades que encontraram no processo da transexualidade.**

Caetano: Há pouco tempo, eu entrei na faculdade com o pedido de regulamentação do uso do nome social, para permitir que os estudantes travestis e transexuais possam usar o seu nome social, como gostam de ser chamados. O que acontecia era o seguinte: antes, me chamavam com o nome civil na hora da chamada e eu ficava constrangido de levantar o braço. O pedido de regulamentação do uso do nome social já foi aprovado. O semestre começou, mas na lista de chamada ainda

a criança faz essas coisas mesmo, brinca”. Aí, por exemplo, pela psicologia, a transexualidade é patologia (doença), chamada de *transtorno*. Já o Dicionário Aurélio diz que é uma doença mental. O termo *mental* é muito forte, tira totalmente a sua autonomia. Se você tem um problema mental, é como se você não pudesse fazer mais nada, não tivesse controle da sua vida. A transexualidade é uma maneira de viver, mas não necessariamente uma doença, e aí, para alguns, é um câncer; para os religiosos, é outra coisa. A minha boa educação escolar não me informou como é um corpo de homem, como é um corpo de mulher, e como é que se desenvolve, o que são hormônios sexuais e tal. Eu me coloco: *será que eu tenho direito, será que isso está certo, será que está errado?* Tentei ser de outro jeito, mas não encaixa, não dá certo, não sou eu. Uma das coisas interessantes para

ao outro automaticamente. A pessoa que meus irmãos amam e por quem eles têm carinho não sou eu. A minha melhor amiga é aquela desse passado, mas prefiro as amigas que eu tenho agora. E aí eu tenho essa dificuldade com ela e esse estranhamento, porque existe um valor afetivo aí por trás. A relação de carinho dela é com aquela pessoa que você não quer ser, que você se esforçou em deixar de ser, e as pessoas acham que aquilo é o seu natural. E existe um certo desajuste.

Descolad@s: **A decisão foi uma espécie de renascimento?**

Caetano: Sim..., mas eu não gosto de falar em renascimento, porque as experiências que eu vivi, me incomodando ou não, algumas que consigo lembrar ou não, também me tornaram quem eu sou agora. Por mais

que tenham sido experiências desagradáveis em alguns momentos, elas fazem parte de quem eu sou hoje. Não gosto de pensar em renascimento, como se tudo aquilo pudesse ser esquecido, porque não dá, não dá mesmo. **As coisas boas e as coisas ruins que aconteceram me fazem ser quem eu sou hoje.**

Paula: Mas a mulher e o homem têm figuras jurídicas com direitos associados. Na medida em que você bagunça as coisas, você também se compromete na questão dos direitos que já estão assegurados para a mulher e que representaram uma conquista muito difícil, durante muitos anos, e também para o homem. Tem que se encaixar no mundo, que é uma organização social. **Na verdade, não é uma questão tão pessoal, mas ela é vivenciada individualmente.**

Descolad@s: No período da adolescência, é frequente ouvir o seguinte, quando se tem algumas dúvidas: “são transformações que acontecem no corpo, porque você está se descobrindo”. As dúvidas que vocês sentiam, vocês chegaram a confundir com as mudanças da adolescência que acontecem no corpo da gente e na mente? E hoje está mais fácil a aceitação, a conversa sobre o tema na escola, em relação à época de vocês?

Caetano: Essa questão de mudança do corpo, de que a gente está falando, com relação aos homens transexuais, tem várias especificidades. O que acontece no corpo de uma adolescente, na adolescência? Primeiro, a menstruação, que é uma marca muito importante do sexo feminino, quando as mulheres passam a ser capazes

de engravidar. E isso sempre foi uma coisa que realmente me incomodou no meu cotidiano. Eu fui criada só com o meu pai, e eu ficava muito sem graça de perguntar, de falar o que acontecia. A minha primeira menstruação veio com oito anos e eu não sabia o que tinha descido. Eu estava desesperado: *eu fiz alguma coisa, eu vou morrer, o que está acontecendo?* Depois eu descobri o que era. E aí, todas as vezes que acontecia, para mim era um terror.

Descolad@s: Você contou que foi uma agonia passar por todo esse processo. E você nunca conversou com ninguém?

Caetano: Não. O que eu ia falar? Eu tinha muito medo de que as pessoas dissessem: “não, está tudo errado”. Porque eu também achava que aquilo estava tudo errado, que eu estava fazendo uma coisa muito errada e que eu precisava dar um jeito de resolver. Então, eu sempre escondi mesmo. Sempre tive muitos problemas para me relacionar, porque o pessoal do ensino fundamental tem mais aquele negócio de menino e menina. **Ficar no grupo das meninas não fazia o menor sentido, porque eu não me sentia parte dele, mas ao mesmo tempo estar perto dos meninos me incomodava, porque eu queria fazer parte daquele grupo, mas eu via que a gente era diferente.**

Descolad@s: E o que você fazia?

Caetano: Eu ficava sozinho. Eu brincava sozinho.

Descolad@s: Mas era uma situação de você mesmo se autoexcluir? De achar que não pertencia nem ao grupo dos meninos, nem ao grupo das meninas?

Caetano: Por algum tempo, eu ainda tentei me encaixar e fazer parte do grupo, mas eu era extremamente zoadado. Sofria *bullying* mesmo, de rirem, de me sacanearem na escola. Até que, num determinado momento, eu passei a ficar sozinho.

Na verdade, o que eu fazia na maior parte do tempo era ler. Eu gostava muito de ler. Quando eu chegava à minha casa, eu passava o dia todo lendo no quarto. Lendo, você pode se fantasiar, imaginar o que você quiser. Eu fiz o ensino fundamental no centro de São Paulo, e o ensino médio eu fiz em Maceió. E eu acho que existem diferenças relevantes entre eles, mas no ensino médio eu também não me sentia muito parte do grupo. Lembro que, em 2006, o Orkut estava bombando. **Fizeram uma montagem em que o pessoal da minha sala era os Power Rangers, e eu era o Godzilla. Aí, colocaram a arte no Orkut. Quando eu vi, fiquei morto de vergonha; com muita vergonha mesmo!** Com isso, eu acabei não fazendo vestibular para a Universidade Federal de Alagoas [UFAL] e fui fazer em outra cidade, porque eu queria ir embora. Fui para Natal.

Paula: Eu sempre tive amigas. Era raro, mas eu tinha um ou outro amigo. Sempre foi assim a minha vida toda, desde o início. Eu brincava de boneca com as coleguinhas, as minhas vizinhas de apartamento. Elas tinham uma casinha de boneca bem legal. Existe uma fase da infância que é meio diferenciada, você deixa o seu filho fazer isso, fazer aquilo, dependendo da família, se não for muito conservadora. Mas a partir de determinada idade, tem que virar *homenzinho*. Aí, eu dava de presente para elas o que eu queria ganhar, como aquele negócio de prender

cabelo, porque era uma maneira de eu ter. Então, como grupo social, eu sempre tive as minhas amigas; não chegou a ser tão problemático. E eu não tinha fama de *gay*, eu acho. Pelo menos, não na cara. E acho que só fui começar a ter relacionamento amoroso lá pelo final da adolescência. **Eu era uma pessoa esquisita. Sabe aquela pessoa estranha, que você não consegue encaixar em nenhuma categoria? Não parece gay, não parece homem. Não sei o que é isso, entendeu? Uma pessoa fechada!** Eu sempre tive essa fama de pessoa esquisita. Acho que, até hoje, eu continuo uma pessoa esquisita. Quem sabe, um dia, eu deixe de ser e me encaixe melhorzinho?

Descolad@s: Vocês começaram a mudar a aparência quando? Já no ensino médio ou depois?

Caetano: Depende. As roupas, eu sempre usei exatamente estas mesmas. Só que eu tinha cabelo comprido e eventualmente depilava as pernas. Eu passei a me esforçar para realmente ter uma aparência masculina, cortar o cabelo, essas coisas.

Paula: Eu tentei deixar meu cabelo crescer uma vez, só que eu não conhecia os cremes de pentear. Você já viu a Gal Costa nos anos 70? No ensino médio, eu tentei deixar o cabelo crescer, mas eu não cuidava bem dele, porque eu não gostava dele. A única coisa que eu gostava em mim eram as pernas, que eram mais gordinhas. Agora, o cabelo está estranho porque está branco. Ele voltou à cor da infância, que é mais ou menos cinza-escuro, e está clareando nas pontas. Está um horror, mas tudo bem, contanto que não caia! Fico com medo de ele cair e eu ficar calva, careca. Eu me vestia de mulherzinha

ENTREVISTA

escondido, porque eu era santinha, então eu ficava com culpa e jogava tudo fora. Mas quando eu mudei para a Casa do Estudante da UnB, foi complicado, porque você mora com mais três pessoas no apartamento, pelo menos, então você não tem privacidade. Foi justamente quando a minha mãe morreu, e eu me mudei para a Casa do Estudante. Aí, você já entra num universo que não é mais o seu. **A minha mãe sabia, mas a gente tinha um pacto de silêncio, coisa difícil de explicar. A gente não falava do assunto, mas ela sabia.** Ahhh, e eu também era boa leitora! É legal ver nas pessoas os pontos em comum. Eu acho que não foi à toa que eu cheguei à universidade. Eu era uma pessoa que devorava livros, principalmente de literatura brasileira.

Descolad@s: As visões que a sociedade atribui às formas de amar são sempre criadas com base em estereótipos. Gostaríamos de ouvir como vocês percebem a relação de como os direitos são mais claros e específicos para um certo tipo de público. Também queremos ouvir de vocês o que vocês acham sobre a relação de identidade do corpo vs. questão sexual.

Caetano: São buscas diferentes, a sexual e a de gênero. Você pode ser um homem transsexual e se interessar por outros homens; ser mulher heterossexual e se interessar por outras mulheres. Eu, particularmente, não mudo o meu corpo para ficar com as pessoas por quem eu me interesso, para ficar mais fácil de ficar com mulheres. Até porque eu acho que seria muito mais fácil ficar com outras pessoas, ter os relacionamentos, se eu simplesmente fosse uma mulher lésbica.

Descolad@s: Uma pessoa pode ser transsexual com orientação gay?

Paula: : Eu não gosto desses termos.

Caetano: Esses termos são necessários para quê? Na sociedade, como um todo, eles são necessários para o Estado, para você pensar em uma política pública, para você pensar em acesso à saúde, porque você precisa (enfim, da maneira que você se organiza, que o Direito se organiza), você precisa dar um nome, dar uma palavra e uma justificativa. Você precisa

de tratamento pelo SUS, por exemplo, voltado especificamente para essa população. Então, você tem que revelar o que é; por isso, precisa dessas definições criadas pelo Estado. **Eu acho que, nas nossas relações, a gente não precisa necessariamente olhar para uma pessoa e ficar pensando o que ela é e teorizar sobre isso. Mas, pensando numa perspectiva de direitos, se é uma coisa que a gente pretende que se estenda para todo mundo, a gente precisa, sim, usar essas palavras.**

Paula: Para eu me revelar, talvez eu não conseguisse o que eu queria, as mudanças, porque naquela época era muito difícil o tratamento hormonal, assim como a assistência psicológica. Provavelmente, a assistência psicológica seria para eu me redimir, em vez de mudar, pelos anos 80, aquela coisa toda, e provavelmente seria uma exclusão total. Quando você muda o corpo, você fez uma alteração no corpo, que está identificado com outro gênero, aí você faz parte do grupo. Mas existe essa forte exclusão, que tem como um dos piores problemas a escola. Porque se você se exclui da escola, as suas perspectivas depois são muito pequenas.

Descolad@s: O que vocês diriam para um(a) adolescente que hoje está na escola e vive a experiência que vocês viveram?

Paula: A minha primeira resposta seria: nada! Seria melhor conversar do que dizer alguma coisa. Seria melhor entender como é a situação e tentar fazer que a própria pessoa se entenda. O problema maior não é a adolescência, é a infância. Como é que você identifica que uma criança tem determinadas tendências? Aquilo é uma fase? Não é? Como é que você lida com isso? Como lidar com uma coisa que deveria mudar e não muda? Botar a saia da irmã não é uma coisa do fim do mundo, entendeu? O que há de degradante nisso? Por que você tem sempre que agir como homem? Ou agir como mulher? É aquela dúvida: será que é gay? Será que não é? Por que gênero tem que ser tão problemático?

Descolad@s: O Caetano falou que, quando ficou sabendo de direitos, foi na internet, e se ele não soubesse inglês, não teria acesso à informação.

No Brasil, a cirurgia de transgenitalização foi regulamentada pelo Conselho Federal de Medicina em 1997. Apenas em 2008 o tratamento passou a integrar o rol de procedimentos do SUS, ainda assim com restrições para os homens transexuais. Está em elaboração uma nova portaria do Ministério da Saúde que prevê um atendimento integral e para todas as pessoas transexuais.

Paula: Mas hoje está diferente. Hoje, você pode ler um livro como o do João Nery, por exemplo. Na minha época, se eu pesquisasse sobre um livro desse, era quase um crime! Felizmente e infelizmente, você tem muita informação, porque também existem horrores na internet. Mas o que temos que nos perguntar é se o psicólogo que vai atender essa pessoa está bem orientado; se o professor que está na sala de aula está preparado. Eu, por exemplo, dei aula e conheci um menino que não se encaixava, e eu não sabia exatamente como intervir, o que chegar a falar. E essa pessoa não trouxe a demanda para mim, mesmo sabendo que eu sou trans. E eu não vou me impor para a pessoa e falar nada. Eu não sei qual é a situação dela, qual é a confusão dela na vida. Não é questão de ser muito mais fácil, mas é questão de respeito, inclusive pela confusão da pessoa. Na época, se chegassem para mim, na minha adolescência, para resolver o problema, qual seria a solução que a pessoa estaria me trazendo? Eu não me entendia! Como é que o outro vai me entender? A pessoa está num momento de confusão, de conflito. Como ela resolve isso é dela, não é meu. Não sou eu que tenho que dar a solução. Eu posso dizer: *olha, existem determinados caminhos, existem hormônios, existe terapia, você precisa de um bom psicólogo.* A gente precisa de acompanhamento endocrinológico. Se ele não entender nada dessa mudança de homem para mulher, de mulher para homem, não adianta, talvez seja pior. Porque é um corpo muito diferente, é um corpo que se constituiu masculino e vai se constituir como feminino. Eu estou vivendo uma espécie de segunda adolescência, porque quando você começa a tomar os hormônios, eles começam a mudar você. Eu não tinha esta pele lisinha, eu não tinha esta gordura. Com este corpo, que muda do masculino para o feminino ou o contrário,

numa idade mais avançada, você não tem a referência, porque eu não tenho todo mundo mudando junto comigo e dialogando. Eu só tenho a internet para ver alguma informação ou eventualmente algum blog.

Descolad@s: Você disse que os trans que se tornam mulheres, em sua maioria, têm um destino, que é a prostituição ou se tornar cabeleireiras.

Paula: Ou o tráfico internacional para fins sexuais, especialmente para a Itália.

Descolad@s: Do que foi falado aqui, o mais importante é a questão de rever o rigor que se atribui a essas questões de gênero. Hoje, quando nasce uma menina, as mães fazem um mundo cor de rosa para a criança. Vocês foram muito “cor de rosa”, no sentido de ter um mundo construído para ser uma fábula de menininha ou de menininho?

Caetano: Eu não sei. Acho que não tanto, porque eu fui criado só com o meu pai. Então, eu acho que isso me livrou um pouco. Corri, andei de bicicleta, me sujei, quebrei perna, braço, etc. A gente ia sempre para o Nordeste, porque minha família era toda de lá; então, a gente ia tomar banho de açude, essas coisas. Mas eu acho que

O recente Parecer nº 8/13 do Conselho Federal de Medicina (CFM) recomenda o tratamento médico para adolescentes. Pesquisas e protocolos internacionais foram utilizados pelo CFM para que o texto do parecer incluísse uma orientação sobre a administração de hormônios.

isso tem muito a ver por eu não ter sido criado por uma mulher. Existe um texto, acho que do Chico Buarque, que diz algo assim como: “Eu não quero me tornar um homem”. E ele diz mais ou menos assim: “eu não quero me tornar homem, porque homem tem que ser um cara macho, tem que ser forte, tem que falar alto, falar grosso. Eu não quero ser isso, eu quero ser uma pessoa à maneira que eu me entendo, sem que isso necessariamente passe por aquilo que se entende que é ser um homem”. Neste sentido, realmente,

ENTREVISTA

eu não faço muita questão de ser homem mesmo. Eu não gosto de briga, eu quero me tornar quem eu sou. Só isso!

Descolad@s: Depois dessa mudança, o que as pessoas esperam desses novos papéis? Quais são as expectativas que as outras pessoas têm quando vocês estão, de repente, se definindo dessa forma? Como vocês lidam com isso?

Paula: A minha família tem um problema, porque ser mulher na minha família é ser aquela mulher tradicional, na cozinha. Nada contra lavar um prato de vez em quando, fazer uma comida, não tenho problema com isso. Mas não como obrigação. E aí eu tenho esse problema com esse lugar que sempre foi o lugar da minha mãe. Esse lugar da mulher, que é a cozinha, eu acho um pouco complicado. Nada contra você exercer essas funções, mas não como obrigação.

Descolad@s: Paula, você acha que, pelo fato de estar em uma atmosfera mais feminina, sofre machismo? E você, Caetano, que sai da esfera feminina e passa para a masculina, você acha que sofre mais preconceito do que a Paula?

Caetano: Não. Porque é a sociedade inteira que coloca papéis para homens e para mulheres. Então, eu estou ascendendo a uma posição de mais poder na sociedade, vamos dizer assim. Isso, realmente, é uma coisa que me dá mais poder. Eu realmente acho que o preconceito que vivo é menor. Eu acho que as mulheres sofrem muito mais preconceito do que nós.

Paula: Eu entro numa redoma de vidro chamada *universidade*, um lugar privilegiado, que pega muito mal ser preconceituoso. Eu não sei como é que seria se eu fosse viver em uma universidade há uns vinte anos atrás. Mas a de hoje, pelo menos... Está na moda ser democrático, não ser preconceituoso, aceitar a diversidade sexual. Mas aí eu vivo nesse lugar especial e vivo muito tranquilamente, muito feliz com o ambiente lá. Mas em outros ambientes, não sei. Preconceito também depende da aparência, como

bem aprendi pelas minhas experiências práticas. Se eu tenho uma aparência mista, aí eu tenho tendência a sofrer o preconceito. Mas se a pessoa só me vê como mulher, aí o preconceito fica menor.

Descolad@s: Essa orientação sexual de vocês, o gênero de vocês é natural, é social ou é os dois?

Caetano: Essa pergunta se é *natural* ou se é *social* é muito complicada, porque hoje a gente falar que é natural é um direito mesmo usado nos movimentos para legitimar. Mas, ao mesmo tempo, dizer que todo mundo é o resultado de uma construção social, não é. Eu realmente não consigo enxergar outras maneiras de ser. **Às vezes, dá tudo errado, e eu fico muito desesperado, mas quando eu penso que eu poderia voltar a me apresentar como mulher... eu preciso de três segundos para ver que não há o menor sentido nisso.** Só por desejo, realmente, fica muito difícil isso. Eu sei das adversidades que eu tenho hoje e que eu vou ter ao longo da vida assim. Mas eu acho que é pelos dois mesmo, assim, que todo mundo tem as suas características. Agora, quanto ao casamento civil igualitário, eu sou absolutamente a favor que as pessoas casem com quem elas quiserem, que tenham autonomia para viver. Eu não consigo pensar em nenhum argumento razoável para dizer que isso não seja possível.

Paula: Existe coisa mais artificial do que ser mulher? Maquiagem, plástica, põe roupa, troca roupa, tira não sei o quê. Tira pelinho, faz depilação, etc. Eu acho isso uma coisa tão engraçada! Sutiã, por exemplo, de enchimento parece coisa de travesti, mas a mulher usa sutiã de revestimento, entendeu? Todo esse arsenal de coisas uma *drag queen* usaria, e a maior parte é constituída de coisas de mulher, coisas que estão no mercado normal. Mas eu acho que é biológico e é também natural, é orgânico, social, essas coisas todas misturadas. Eu acho até engraçado, porque o interessante da heterossexualidade é que ela bota outra pessoa para refletir sobre como ela é mulher ou como ela é homem e como ela se encaixa ou não



As diretrizes para o acompanhamento psicológico, nos casos de transexualidade, estão em discussão no Conselho Federal de Psicologia (CFP). Em março, o CFP organizou um amplo debate entre os psicólogos e pesquisadores da área para estabelecer consensos para a atuação.

nisso. Como ela, por exemplo, tem medo de parecer com o outro gênero ou não tem. O legal da transexualidade, para mim, assim, para o social, é isso, porque você tem que se repensar para conseguir entender a transexualidade do outro ou da outra. Sobre a questão da união civil, eu acho que existe um receio muito grande dos setores conservadores de que dê certo. **Existem casais homossexuais que não vão dar certo, cuja união vai ser uma porcaria. E existem casais homossexuais que vão dar certo, assim como existem casais heterossexuais que dão certo e outros que não dão.**

Descolad@s: A questão de masculino e feminino é uma coisa criada socialmente. Mesmo que tenha alguma dimensão “natural”, o ser mulher e ser homem é aprendido.

Caetano: É aprendido. E se a gente usar um método muito rigoroso, fechado... Eu acho que qualquer coisa que é rigorosa demais acaba sendo violenta, porque não dialoga com as possibilidades dos iguais. Então, é assim, pronto e acabou. Não tem diálogo, fechou.

Paula: Não é o que é, é o que tem que ser. O problema não é ser o que é. Você não deixa a pessoa ser: ela tem que ser homem, fazer determinadas coisas. Tem que ser mulher e fazer outras coisas. O lugar de mulher é na cozinha, é não sei o quê...

A Política Nacional de Saúde Integral para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais foi publicada em dezembro de 2011 e estabelece como prioridades a adequação e a ampliação do Processo Transexualizador no SUS.

Descolad@s: O que vocês acham de terapia?

Paula: Você tem que ir para, de repente, se soltar, se liberar, se expressar, e o psicólogo ajuda isso. O bom psicólogo. Pode ser que você não dê certo com um, então tenta com outro, mas é interessante você se abrir, conseguir falar com alguém em um ambiente mais protegido, em um ambiente que não é o ambiente social, um ambiente especial. Porque para eu ter o diagnóstico da identidade de gênero, para fazer cirurgia e tal, eu precisei passar pela psicóloga, que inclusive é daqui da UnB, a Gláucia Diniz. Então, você tem um diálogo com alguém preparado e esse alguém está lhe escutando, lhe dando atenção, entendeu? Eu acho que é bastante positivo e necessário. Porque uma das coisas fundamentais é que não é só uma mudança de corpo.

Descolad@s: Talvez na adolescência essa decisão seja mais complicada.

Caetano: O ideal seria começar antes que a pessoa começasse a sofrer demais. Porque um dos problemas de paradigma é que você tem que sofrer horrores para conseguir uma cirurgia. Será que é necessário, realmente, esse sofrimento todo? Se você tem uma criança que você vê que tem determinadas diferenças, vamos tentar estudar, verificar com calma e respeito o que está acontecendo. Quais são os problemas? Você tem que estudar a criança. entendeu?

Descolad@s: Quando a gente fala de direitos, são as políticas públicas que vão garantir. O que existe hoje de políticas públicas nessa área? Ou que precisaria existir?

Caetano: A gente está tendo alguns encaminhamentos, alguns avanços. O SUS garantir esse tratamento, ainda que ele se dê, na prática, de forma muito precária, já é um avanço. Se ele não está funcionando, eu pelo menos posso reclamar: olha, você me garantiu, mas não está funcionando. Mas ainda falta bastante isso.

Paula: Aqui no Distrito Federal, especificamente, a gente tem um serviço no Hospital Universitário de Brasília (HUB) que funciona.

Caetano: O que existe no HUB é mais um aconselhamento, mas o serviço não é nem reconhecido pelo hospital. São mais voluntários que fazem o trabalho. Normalmente, grande parte das reivindicações refere-se às políticas públicas voltadas à saúde, mas a gente também precisa pensar em outras coisas, no sentido de geração de renda, desenvolvimento social, acesso aos serviços. Porque o acesso aos entes públicos – não só saúde – fica comprometido. Eu achei um serviço interessante aqui no DF, que é o NDIN, Núcleo de Diversidade, que atua nas áreas social, ética, religiosa e também sexual. Eles fazem alguns programas interessantes, mas é pequeno, não tem dinheiro para estrutura. E para os homens trans existem menos recursos ainda, porque existem poucos mesmo, porque muita gente não se apresenta, é um espaço que ainda está muito difícil, um espaço específico para homens trans. A gente tem uma lei hoje tramitando na Câmara dos Deputados, em Brasília, que é uma Lei de Gênero, para regularizar a mudança do nome civil, mas essa lei é uma proposta, ao meu ver, bem ruim. Entre outros pontos negativos, ela exige que haja um processo judicial para a mudança de nome.

Descolad@s: Esta publicação é um espaço de afeto, de acolhimento, porque, na verdade, os adolescentes vêm, ao longo

de muito tempo, trabalhando com a visão de um mundo mais humano, mais acolhedor, e vocês dois contribuíram muito para que isso ocorresse. Por isso, queremos agradecer-los. Vocês gostariam de deixar alguma palavrinha final?

Paula: Só quero dar uma ênfase: eu acho que a escola é um lugar de começar a sedimentar os direitos. Eu acho que deveria haver mais informações para a sociedade lidar com essas diversidades todas, repensar o gênero, não só de quem é trans, mas de quem não é trans. Eu acho que essa escola é fundamental. Porque, teoricamente, está todo mundo na escola. Por isso, acho que seria um lugar privilegiado para conseguir construir uma sociedade nova, igualitária, que conseguisse atender bem as pessoas e com respeito.

Caetano: Eu só queria agradecer o convite mesmo!

“Na adolescência, eu me escondi. Só fui começar a mudar, a fazer diferença, com vinte e poucos anos, que foi quando a minha mãe morreu”.

Somente quatro serviços foram credenciados no Brasil por intermédio da portaria que instituiu o Processo Transexualizador, todos em universidades mas no Rio de Janeiro, em Goiânia, São Paulo e Porto Alegre. De acordo com a referida portaria, que ainda está em vigor, apenas serviços que ofereciam a cirurgia de transgenitalização foram credenciados.

Colaboração: Dra. Flávia Bonsucesso Teixeira (especialista em transexualidade)



MUITO PRAZER

SEXO E SEXUALIDADE: O QUE A ESCOLA TEM A VER COM ISSO?

Gabriella Dias dos Santos, 21 anos



A escola é um local onde se encontra uma diversidade muito grande de pessoas: brancas, negras, indígenas, LGBTQs¹, pessoas com deficiência, filhos(as) de pais e mães separados, de pais e mães LGBTQs, de pessoas que vivem em meio urbano e outras em áreas rurais, enfim, é um lugar que abriga um público muito heterogêneo. Para a escola lidar com essa diversidade não é uma tarefa fácil, principalmente no que se refere à questão de gênero e sexualidade.

A escola é entendida aqui como uma comunidade que abrange um conjunto de pessoas que vai desde os próprios alunos até a gestão representada pela direção, pela coordenação e pela supervisão, passando por professores, funcionários de limpeza, secretaria, biblioteca, etc. Consequentemente, as concepções

religiosas das pessoas que trabalham na educação também se revelam nas relações ali estabelecidas. Para algumas famílias e até mesmo educadores, discutir o tema na escola estimula precocemente a sexualidade de crianças, o que não é verdade, porque – quando a escola trabalha a questão de gênero – o objetivo é, justamente, dizimar os preconceitos e mostrar para os alunos que todos os indivíduos são diferentes, mas devem ser tratados de maneira igual, com respeito. Ou seja, este tema é levado para as crianças mais novas na escola com o intuito de não permitir que elas sejam bombardeadas de preconceitos e para que não se tornem resistentes a olhar sujeitos que são diferentes delas sem entender que eles também possuem direitos.

Falar de sexualidade diz respeito a muitas outras áreas da vida, inclusive a da produção do conhecimento.² Guacira Lopes Louro diz:

[...] Sem a sexualidade não haveria curiosidade e sem curiosidade o ser humano não seria capaz de aprender. Tudo isso pode levar a apostar que teorias e políticas voltadas, inicialmente, para a multiplicidade da sexualidade, dos gêneros e dos corpos possam contribuir para transformar a educação num processo mais prazeroso, mais efetivo e mais intenso (LOURO, 2004).³

Antigamente, quando o tema da sexualidade entrava no ambiente escolar, dava-se destaque, por exemplo, aos slogans publicitários que, além de terem em seu conceito uma lógica repressiva, não apontavam para a emancipação e o reconhecimento de direitos sexuais e reprodutivos. Enquadram-se nesta lógica, por exemplo, as campanhas de 1992 (cujos slogans eram “quem vê cara não vê aids” e “não mantenha relações sexuais com contaminados”).

Se a escola não sabe lidar com situações que envolvem a identidade e/ou o gênero de um(a) aluno(a) – por exemplo: meninas que querem namorar meninas, meninos que querem namorar meninos, meninas que não querem ser meninas do jeito que a sociedade ensina e situações similares –, isso poderá desencadear uma série de sentimentos/comportamentos desajustados nestes indivíduos, como isolamento, revolta e depressão.

Por outro lado, quando a escola debate, aceita o(a) estudante e não rejeita as suas decisões, ela coopera para a sua inclusão diante seus pares de uma maneira que ele(a) não se sentirá minimizado(a).

O papel dos PCNs

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) são referenciais de qualidade elaborados pelo governo federal e que estabelecem o que deve ser ensinado nas escolas, padronizando o ensino no Brasil e estipulando alguns pilares fundamentais a serem seguidos na educação formal. Uma de suas propostas é trabalhar com temas transversais em sala de aula, como ética, meio ambiente, saúde, orientação sexual e pluralidade cultural.

Sexualidade, sexo e gênero

Sexualidade é um tema que vai muito além do ato sexual em si. Freud, um psicanalista pioneiro nos estudos sobre desenvolvimento sexual infantil, disse que a sexualidade da criança se desenvolve desde a gestação. A sexualidade na criança não ocorre da mesma forma do que em um pré-adolescente, um adulto ou um idoso. Na verdade, é uma experiência muito pessoal,

mas que se manifesta diferentemente em cada etapa do desenvolvimento humano.

A sexualidade é uma energia que leva o indivíduo a buscar contato físico e afetivo, influenciando os pensamentos, os comportamentos e as interações tanto de um indivíduo quanto de uma cultura. E a escola, como lugar de produção cultural, também influencia a maneira como exercemos nossa sexualidade e pensamos sobre o assunto.

Já o gênero está muito atrelado à cultura e aos aprendizados da vida social. A escritora francesa Simone de Beauvoir tem uma frase muito famosa e que nos ajuda a entender um pouco esse processo. Ela disse o seguinte: “ninguém nasce mulher, mas torna-se mulher”.

O que é orientação sexual?

A orientação sexual diz respeito à atração que uma pessoa sente por outra. Há quem diga que é para onde o seu olhar se dirige. Pode ser homossexual (atração entre pessoas do mesmo sexo), heterossexual (atração entre pessoas de sexos diferentes), bissexual (atração por pessoas de ambos os sexos) e até assexual (pessoas que não sentem atração sexual).

A orientação sexual é um fator muito importante para a construção da identidade da pessoa. Se a escola rejeita o(a) estudante neste processo, a sua construção fica comprometida, pois ele(a) não vai ser ele(a) mesmo(a), o que ele(a) escolheu ser.

Quando a escola não aceita o(a) estudante, ela está entrando em contradição com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mais especificamente no que se refere à dignidade, ao respeito e à liberdade. A liberdade é um termo importante que aparece no art. 4º do ECA. Ter liberdade é poder fazer escolhas, é poder se expressar de forma tal que cada um(a) se sinta bem.

A escola tem o privilégio de ser uma das únicas instituições que está legitimada e possui “liberdade” de trabalhar com o tema sem preconceitos, tabus ou dogmas e tem o dever de respeitar os diferentes jeitos de cada pessoa de sua comunidade. É tarefa da educação contribuir para o desenvolvimento pleno e feliz de cada criança e de cada adolescente, ajudando-os numa caminhada que nem sempre é fácil.

¹ Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.

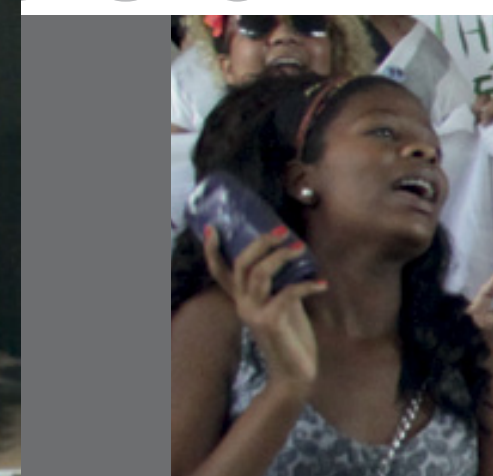
² BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. CADERNOS SECAD 4. Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Brasília: MEC, 2007.

³ LOURO, Guacira Lopes. Um Corpo Estranho: Ensaio sobre Sexualidade e a Teoria Queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

CONVIDADA

AS VADIAS TOMAM CONTA DO PAÍS

Priscilla Caroline Brito é cientista política, feminista e integrante da Marcha das Vadias do Distrito Federal



Uma vez, um policial concedeu uma palestra na Universidade de Toronto, no Canadá, sobre segurança no campus. Ele disse às estudantes que, para evitar estupros, elas teriam que parar de se vestir como vadias (ou “sluts”). As estudantes perceberam que a frase só reforçava a ideia de que as mulheres são culpadas pela violência que sofrem e que o modo como se vestem ou se comportam justifica qualquer abuso ou assédio. Revoltadas com isso, elas resolveram sair às ruas em maio de 2011, num protesto que ficou conhecido com “Slutwalk” (ou “Marcha das Vadias”). Como a violência sexual não é um problema só lá do Canadá, a Slutwalk espalhou-se pelo mundo. No Brasil, a primeira aconteceu em São Paulo, em 4 de junho de 2011. Não demorou para que mulheres de várias outras cidades organizassem as suas marchas, com um número cada vez maior de pessoas. Em Brasília, a primeira teve quase 2 mil participantes. Deu tão certo que, em 2012, várias marchas se repetiram e muitas cidades novas entraram na lista. Embora a Marcha das Vadias tenha vínculos óbvios com o feminismo, nem todas as organizadoras e mobilizações se identificam com o movimento feminista, que surgiu há muitos anos, a partir da vontade das mulheres de viver em um mundo mais igualitário, onde ser mulher não fosse motivo de discriminação. Desde que o movimento começou a se organizar, lá pelo século XIX, muita coisa já aconteceu, e hoje nós temos acesso ao mercado de trabalho, podemos votar e estudar, entre outras coisas. Por acreditar que isso já significa um mundo igualitário, muita gente defende que o feminismo já era e acredita que não precisamos mais dele, pois nossas conquistas já estariam garantidas.

O problema é que ideias como a que o policial expressou em Toronto, de que as mulheres são de alguma forma culpadas pela violência sexual sofrida, ainda são muito comuns. A violência contra as mulheres ainda continua latente e não são poucos os casos de discriminação de gênero por aí. Por estes e outros motivos é que surgiu a Marcha das Vadias. Vários movimentos aderiram ao protesto, mas este é um evento que promove uma renovação no jeito de protestar contra a opressão de gênero, uma ação organizada por mulheres de forma horizontal e mobilizada principalmente por intermédio das redes sociais. Qualquer pessoa pode participar do movimento, desde que concorde com o fato de que a violência não é provocada pelas mulheres, mas sim por uma cultura machista que, às vezes, até incentiva a violência sexual.

A Marcha das Vadias convida homens e mulheres a questionar a lógica machista da nossa sociedade e a repensar suas ações cotidianas. Quantas vezes já não nos pegamos julgando as mulheres pelas roupas que usam? Ou pela quantidade de pessoas com quem elas se relacionam? E, ao mesmo tempo, cobramos que os homens exerçam um papel de fortão, insensível e provedor. O que defendemos é a liberdade de exercer nossa sexualidade, nossas profissões e nossa afetividade como quisermos – desde que isso não interfira na liberdade d@s outr@s!

É importante fazer que a Marcha não pare nunca, de forma que ela possa fortalecer as lutas feministas e ajudar muitas pessoas a se engajar nos movimentos ou simplesmente a se descobrir feministas, empenhando-se nas lutas cotidianas. Precisamos lutar, até porque o machismo – lado a lado com a homofobia, o racismo e a opressão de classes – está aí nos violentando todos os dias.

Leiliane Vireira, 17 anos
 Lucas Daniel R. de Souza, 17 anos
 Irlana Peixoto, 17 anos

ACABEI O ENSINO MÉDIO E AGORA?

Acabei o ensino médio, e agora? É sempre uma dúvida saber qual caminho seguir. Temos muitas perguntas, como: “o que vou fazer?”, “que faculdade irei cursar?”, “será que é melhor recorrer ao concurso público?”, “talvez seja melhor recorrer aos cursos técnicos ou profissionalizantes?”, “quem sabe recorrer ao trabalho?”. Além disso, existe a pressão de estar crescendo e querer, finalmente, alcançar sua independência. E ainda há o fato de os pais terem imaginado um “futuro” para nós, que nem sempre é o que queremos. São diversas opções e cursos. E agora? O que eu faço? O último ano do ensino médio é, sem dúvida, muito esperado. É o fim de uma jornada. Possivelmente, será o último ano de convivência com nossos amigos, é o ano da formatura, um ano de realizações, um ano que vai ser lembrado para o resto da vida. Os estudos e as metas estão em foco. Durante esse período, sempre aparecem oportunidades e também preocupações, como o vestibular, os concursos e, inclusive, trabalhos.

Dúvida: quem não tem?

Ficar em dúvida é totalmente normal. Afinal, estamos decidindo nosso futuro, e errar não é uma opção, apesar de ser comum. Para

começar, o que devemos levar em consideração? Primeiramente, temos que pensar no que gostamos, porque ninguém quer passar a vida fazendo algo que não lhe agrada. Depois, devemos pensar nas consequências. É bom pesquisar sobre as áreas, o que se faz naquela profissão, o que é preciso para estudar e visitar alguém que trabalha com a área escolhida. Assim, teremos mais informações para decidir.

Quando a opção é a faculdade

O ensino superior vem sendo bastante valorizado e é visto como a promessa de um grande futuro para quem faz essa escolha. Por tal razão, muitos jovens são estimulados a cursar faculdade. O cardápio de cursos é repleto de opções, que podem ajudar ou confundir a escolha. O que influencia bastante é a ideia de retorno financeiro ou a duração do curso. As pessoas dão muito valor às áreas de Direito, Medicina, Engenharias..., justamente porque tais cursos têm grandes títulos e prestígio social.

“O que atrai na Medicina é o fato de poder ajudar uma pessoa a lutar pela própria vida, lutar pela vida de alguém, por uma forma de melhorar algo na vida de alguém ou, se possível, de várias pessoas”. A afirmação

é de Renata Bueno, de 17 anos, que revela sua preferência pela Medicina, apesar de ser estudante de Direito no Uniceub. Sobre seu curso, ela comenta: “No Direito, o que mais me atrai é a forma como se interpretam as leis, como elas são utilizadas na vida das pessoas, os direitos que todos têm e o que se pode conseguir com eles. O mercado é muito difícil. Cada vez mais e mais pessoas se formam e os profissionais estão cada vez mais qualificados”.

E os cursos de Pedagogia, Ciências Humanas, Letras? Por que não são tão procurados e valorizados como cursos de outras áreas? Será que é pelo fato de que os salários não são tão altos? Mylena Andrade, de 18 anos, aluna de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, diz: “Faço Sociais porque sou apaixonada! É o que me faz bem. Eu assisto às aulas com prazer, mas já o mercado não é tão bom”.

Dá para equilibrar estudo e trabalho?

O Brasil, de acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), tem uma população de mais de 21 milhões de jovens entre 12 e 18 anos. Estudos revelam que 1,3 milhão de adolescentes de 14 e 15 anos já trabalham, e muitos exercem seus ofícios como adultos, e não como aprendizes, como estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A necessidade de gerar renda é uma das razões para vários jovens largarem a escola, mas outros fatores também são motivos, como violência (bullying, abuso/violência sexual) e gravidez na adolescência.

Outro motivo da evasão escolar é o desinteresse. O mesmo estudo do Unicef revela que pouco mais da metade dos jovens entre 15 e 17 anos ainda está frequentando o ensino médio. A pesquisa confirma também que apenas 38% dos jovens de até 19 anos completam a educação básica, uma realidade que o Brasil ainda tem que mudar.

Dicas para quem está em dúvida

Escolher o que fazer após o ensino médio é uma decisão muito difícil. Afinal, é o seu futuro que está em jogo. Uma dica é recorrer aos testes vocacionais. Pode parecer besteira, mas eles podem ajudar você a decidir ou pelo menos lhe dar uma ideia de como começar a pensar em uma solução para seu futuro profissional. Normalmente, eles são aplicados por especialistas, mas existem também alguns sites na internet que podem ajudar você a conhecer melhor suas habilidades.

- 1) <<http://guiadoestudante.abril.com.br/testes-vocacional>>
- 2) - <http://www.mundovestibular.com.br/pages/teste_vocacional.html>
- 3) <<http://www.guiadacarreira.com.br/teste-vocacional>>

Escolha com cuidado, pois quem sabe do que você gosta é você mesmo.

Para refletir

Irlana Peixoto tem 17 anos e deixou os estudos para seguir a carreira de modelo. Ela explica os pontos positivos e os negativos de sua escolha.

POSITIVOS: Você faz o seu tempo. Você convive com outras pessoas de igual para igual, sem haver a separação de série ou idade. Você aprende na prática como a sociedade funciona. Você vê e vive tudo aquilo que você ouvia. Você descobre que as coisas que aprendeu no colégio e que não vai usar em lugar nenhum são legais de saber só por saber alguma coisa mesmo, só para entender como as coisas funcionam. Você descobre coisas legais por aí. Você se descobre e descobre o que é importante para você.

NEGATIVOS: Você descobre que muito do que aprendeu na escola não vai usar em lugar nenhum! (Risos) Mas descobre que o convívio no colégio é muito melhor e mais agradável e que as pessoas são mais compreensivas dentro do colégio. Você perde o prazer de fazer as coisas, porque tudo fica difícil. Você se desencana com o mundo e descobre que nada é melhor do que a sua casa, a sua cidade e os seus amigos. Você vê o mundo como ele é: sem TV, sem mordomia, sem carinho... Isso eu falo para quem saiu de casa e até mudou de cidade, como eu.



Leiliane Vieira, 17 anos
Lucas Daniel R. de Souza, 17 anos

Onde estão
nossas salas
de cinema?

Ceilândia é uma das maiores cidades do Distrito Federal (DF). Ela começou a ser habitada assim que houve a mudança da capital brasileira para o centro do país. Hoje, com mais de 400 mil habitantes, Ceilândia é uma cidade rica em cultura, com uma vasta produção em diversas áreas de expressão: música, teatro, artes visuais e cinema. Um importante representante da cultura da cidade é o premiado cineasta Adirley Queirós, que nasceu em 1971 e mudou-se para Ceilândia em 1977, onde mora até hoje. Sobre a cidade,

ele diz: “O nome Ceilândia vem da sigla de Campanha de Erradicação de Invasões. Então, você já vê como é um lugar distanciado do governo. A ideia era isolar a Ceilândia”. O cineasta afirma que a cidade já nasceu estigmatizada como perigosa. As pessoas chegavam a Brasília e eram expulsas assim, sendo jogadas para os cantos. Adirley compara esse processo a um aborto. Para ele, Ceilândia é o primeiro aborto territorial, e complementa: “Meus filmes todos contam isso. Na verdade, é a minha perspectiva de olhar a cidade”. Ele

afirma que os olhares sobre a cidade vão mudando conforme passam as gerações. Para o cineasta, o cinema tem a função de mobilizar o imaginário social, levando cultura, informação, conhecimento social e político a todas as pessoas. Portanto, o cinema é sempre uma arte política, pois mostra olhares sobre questões sociais. Mesmo o filme que trata de temas mais banais tem uma posição diante de uma realidade. Adirley dirigiu quatro filmes, todos com temáticas cujo cenário é Ceilândia. Seu filme “A Cidade é Uma Só?” foi selecionado para

uma edição do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro. Porém, para surpresa de muitos, o cineasta retirou seu filme da mostra competitiva como protesto. Segundo Adirley, o foco do festival passou a ser os filmes de caráter mais comercial. Seu gesto foi um ato político para provocar novas reflexões sobre o festival. Mesmo com novos olhares das novas gerações, há muitas pessoas que lutam para manter a cultura ceilandense viva, seja pela música, pela dança, pela literatura ou pelo cinema. Adirley é um exemplo disso, pois ele

produz seus filmes com base na realidade da cidade. E, para espanto de todos, a cidade carece de uma política cultural de respeito e não conta com orçamento público referente à prática audiovisual. Embora Ceilândia seja berço de filmes premiados, a cidade não possui salas de cinema. Apesar disso, Ceilândia abriga grupos de pessoas interessadas em discutir e realizar cinema. Porém, a falta de uma política de governo é um flagrante desrespeito ao direito à cultura de quem mora na cidade e, especialmente, para quem

a produz. O direito à cultura refere-se tanto à produção quanto ao acesso. Um importante grupo empenhado em transformar essa realidade é o Coletivo de Cinema da Ceilândia (Ceicine), que tem como um dos seus fundadores Adirley Queirós. O grupo luta para conseguir salas de cinema para a cidade e incentivos públicos para a realização de produtos audiovisuais. Sobre a falta de uma sala de cinema na cidade, Adirley afirma que: “acredito que [ela] não será feita tão cedo, tendo em vista que o assunto está silenciado”.

AS RUAS TAMBÉM TÊM VOZ: GRAFITE, REBELDIA E ARTE

Kleydinara Lima, 18 anos



Tags, caps, crew, spot... Para nós, podem ser apenas meras palavras, mas para eles são mais do que simples palavras: são suas vidas, são o orgulho de ser grafiteiro!

Hoje em dia, é comum a gente encontrar paredes pintadas com desenhos de várias cores e formas e ficar pensando: quem foi que pintou? O que a pintura significa? Ou a gente pode simplesmente ignorar e perguntar: quem foi o vândalo, o marginal que pichou isso? Na verdade, esse estilo de desenho surgiu como forma de protesto para poder mostrar à sociedade que as ruas também têm voz. No Brasil e no mundo, esses desenhos são uma forma de exercício da democracia pela sociedade, porque é por meio deles que os grafiteiros exprimem suas ideias, suas rebeldias, seus protestos. Na maioria das vezes, a sociedade não os compreende e muito menos os aceita. Eles são criticados e até muito desrespeitados. Ainda bem que nem todas as pessoas consideram esses desenhos um ato de vandalismo. Muitos gostam, aprovam e se encantam com essa arte.

“O grafite tem a base de sua história envolvida na rebeldia, mas com o tempo isso veio mudando demais. Hoje em dia, já está sendo encarado como arte, não só pelos grafiteiros, mas também por uma boa parte da sociedade”, diz o grafiteiro Sheep, de Brasília (DF). As equipes de grafiteiros são conhecidas como Crew, se reúnem por todos os lugares das cidades para desenhar em conjunto e muitas vezes criam ONGs para realizar trabalhos sociais com crianças e adolescentes. Dessa forma, os grafiteiros levam para esses jovens uma cultura nova, um pensamento novo, tirando-os de realidades cruéis e mostrando-lhes um novo jeito de se viver.

“O grafite tem um caráter conscientizador, pois o que mais buscamos através da nossa arte é mostrar à sociedade o que ela não quer enxergar”, diz a grafiteira ART. Assim como todo grafiteiro vive sua arte, nós deveríamos apreciá-la como tal, pois é nas ruas que eles mostram seus talentos, suas vozes. Vamos parar um pouco para pensar, porque todos nós temos, sim, o direito de nos expressar, porque grafite também é arte e é isso o que os grafiteiros querem mostrar.

([HYPERLINK "mailto:keka_lima.15@hotmail.com"](mailto:keka_lima.15@hotmail.com) \t "_blank" keka_lima.15@hotmail.com)

Termos

TAG: assinatura/pseudônimo do artista. **CAP:** cápsula aplicável às latas para a pulverização do spray. **CREW:** “equipe”, grupo de amigos que habitualmente pintam juntos. **SPOT:** denominação dada ao lugar onde é feito um grafite.

A tatuagem sempre diz...



Beatriz Nery, 15 anos

Tatuagem é uma palavra antiga (do inglês, "tattoo"), e os primeiros registros do termo são do capitão James Cook (1728–1779), navegador, explorador e cartógrafo inglês, oficial da Marinha Real britânica, considerado o pai da Oceania.

Cook escreveu em seu diário a palavra "tattoo", que foi como ele descreveu o som que ouvia quando usava ossos finos para introduzir a tinta em sua pele, criando uma marca visível, inegável.

Uma marca visível que, na maioria das vezes, revela parte da personalidade e da identidade de quem a possui. Mas de onde veio essa vontade de se marcar, de se fazer diferente e único? Várias culturas e tradições, desde a mais antiga documentação encontrada, mostram que pinturas no corpo eram feitas como forma de demonstrar, principalmente, fertilidade, força e espiritualidade. Os desenhos representavam como cada um era único ou, então, como todos se devotavam à mesma crença, pintando-se igualmente para representar a força do conjunto, do grupo, como um todo.

O ato de se marcar e pintar tornou-se, então, um ritual que demonstrava tanto a crença quanto a individualidade de cada pessoa, de cada comunidade. A tatuagem, a marca, transformou-se num modo de reconhecimento.

Não é diferente nos dias de hoje. Uma tatuagem sempre diz bastante sobre uma pessoa, sempre mostrando muito sobre sua personalidade e até mesmo sobre suas crenças. Muitas vezes, encontramos pessoas com tatuagens iguais ou parecidas em essência. Isto tende a representar uma mesma comunidade que divide e compartilha seus interesses, mesmo que existam pequenas diferenças entre si – e suas tatuagens.

Por exemplo: Mariana Latorre (38 anos) fez sua primeira tatuagem aos 18. Era pequena, bem escondida. Mas ela queria uma tatuagem grande, uma marca que significasse algo sobre si em

seu corpo. Só o preconceito a impedia, algo que sempre existiu na sociedade. Após vários anos, ela finalmente fez a tatuagem. Uma roseira em seu ombro, símbolo de feminilidade, segredo e mistério. O símbolo que ela usa para descrever a si mesma.

Já Bruna Seabra (24 anos) é hoje uma tatuadora respeitada de Taguatinga, Brasília. Ela traz quatro tatuagens em seu corpo, e cada uma é uma lembrança ou uma adoração, como, por exemplo, sua caveira. Ela representa para Bruna a sua sorte, a cultura dos motociclistas em Brasília e sua passagem pelo grupo deles.

"Uma coisa que eu não me arrependo de ter feito é a tatuagem. Muito pelo contrário: me orgulho de conseguir mostrar de algum jeito a minha insatisfação com a sociedade preconceituosa. Tatuagem é arte, estilo de vida e amor."

Mesmo que o preconceito e o medo muitas vezes abalem quem deseja fazer uma tatuagem, esses desenhos sobre a pele evidenciam muito sobre a cultura de uma pessoa, de onde ela vem e o que faz e/ou fez. São marcas gloriosas no corpo que mostram o que sentimos e o que pensamos. Claro que se deve pensar duas vezes antes de fazer uma tatuagem, mas quando finalmente se obtém um desenho assim, é como uma conquista, que pode trazer muita felicidade e gratidão, pois você está se expressando em seu próprio corpo.



A divina cor

ISABEL AMORIM

Árvore Ipê,
Que pequenina se faz grande,
Desde a semente até a flor,
Ipê de flores simples e união bela,
Em buquês se faz princesa!!
Ipê princesa,
Que abre o salão real ao primeiro vento do inverno,
Se faz roxo-rosa, amarela e branca;
Ipê princesa de vários vestidos,
De vários vestígios, flores que deixa pelo chão...
Ipê princesa da minha canção!!

Ser árvore já é uma dádiva,
Ser árvore flor é uma belezura em pessoa arbórea,
Mas ser árvore princesa é uma divindade!!!
(Que delícia ter Ipês na minha cidade...)
Brasília reta se contorce para ver o redondilho das flores unidas,
A cidade por instantes pára para apreciar a beleza divina da flor,
A flor divina princesa, que com sua presença, charme e leveza
Colore o corpo dessa cidade cerrado.
Aaaaaaaahhhhhh!!!
Tirar da garganta toda a poesia que há,
Falar, berrar, gemer sem parar, sem parar para sempre!!!
E antes do sempre o agora.
Falar o que agora?
Tenho um amanhã na mão e um nó na cabeça e no coração.
Que palavra escolher?
Que sentimento sentir? E por quê?
São perguntas que parecem grandes, mas eu sei que não passam de um duende pequeno gritando na enorme relva selvagem, verde e bela dentro de mim.
Hmm... Um pequenino duende? Quem és tu?
Sai de trás daquilo que te esconde!! Sai, vai pro mundo, que ele te come! Vai ser comida de mundo duende, vai lá!!! Dos teus nutrientes a relva vai crescer, da tua morte ela vai renascer.
Quem foi que te fez duende, quem foi?
Foi ela quem te criou – se você é personagem deste mundo, você é fruto da criatividade dele. Quem fez a comida tem o direito de comê-la.

GABRIELA ZIEGLER SARAIVA

Sinto
Sinto você
De longe
Às vezes
Como um sonho
Surreal
Palavras espessas
Toques
Você nem sequer se lembra
Você nem sequer se importa
Pra você tanto faz
O sonho ou o marasmo
A solidão ou o mar.
A mar.
Verbo indefinido.
Vida sem sentido
Passos sobre poças
Vento sobre vida
Vida sobre vidro
Vidrado em algum caleidoscópio
Num outono qualquer
Numa cidade qualquer
Num dia qualquer
Mal-me-quer.

Rua crua

RAFAELA ALEXANDRE

Caminho pelas ruas...
em determinados segundos me esqueço
até onde quero chegar.
Observo quem me rodeia.
Olho no olho e enxergo vazios,
olhares secos...

Em cada olhar, uma pessoa,
um pensamento.
Andamos.
Alguns tristes, outros contentes.
Andamos na mesma rua,
mas cada um em um mundo diferente...
Caminho indiferente.
Não querendo muito saber
o que cada um sente.
Sinto necessidade de poder provar
o momento “cada qual no seu lugar”.

Ruas vazias... iluminadas pelos postes.

As mensagens nos muros chamam a atenção...
talvez escritas por um bêbado,
um hippie ou um cristão.
Mas não fazem a menor diferença.
São escritas em vão...
pois todos os que passavam não liam, as viam como pichação.

E agora eu me pergunto: cadê seus olhares sensíveis...
sinceros
em meio à terra, em meio a todos?
Enxergue, abra os olhos.
enxergue novamente, porém de um jeito diferente;
Coloca sensibilidade no olhar
e verá que o mundo é mais belo quando se pode avistar
o mundo pelo qual eu espero.
O qual desejo alcançar.

Azul

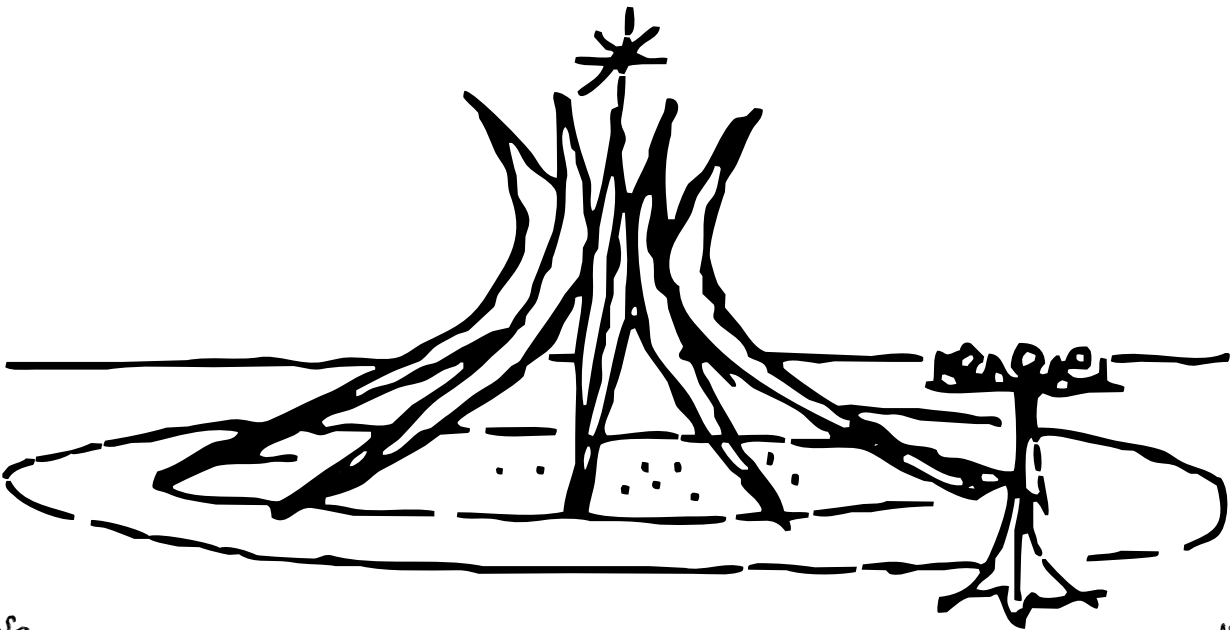
GABRIELA ZIEGLER SARAIVA

sinto
sei
só
céu
nuvem
passa
pássaro
árvore
ar
vento
vi
vou
voo
você
vem?

Caduco

LUCAS MIGUEL SALOMÃO MEIRELES

Velho,
Desesperado,
Sem saída...
Assim vaga meu peito,
Permeado entre a dor,
Assim vaga meu ser...
Mergulhado em eterno torpor.



Se a reta é o caminho mais curto entre dois pontos, a curva é o que faz o concreto buscar o infinito

Oscar Niemeyer

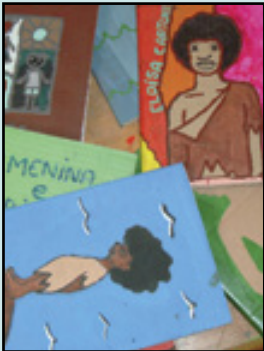
EDITORIA

MÚSICA

FILME

LIVRO

DICAS CULTURAIS



EDITORIA POPULAR ABADIA CATADORA

A Editora Abadia Catadora é inspirada num modelo que surgiu na Argentina, com nova perspectiva de editoração: livros produzidos artesanalmente e a preços baixos. O nome da editora é sempre de uma mulher que representa não só a comunidade, mas também os trabalhadores da reciclagem de materiais. Neste caso, a homenageada é a líder comunitária Maria Abadia Teixeira de Jesus. As capas dos livros são produzidas com papelão e pintadas à mão, e toda a produção é considerada como obra coletiva. Aqui no DF, temos um espaço na Cidade Estrutural. Entre vários títulos, a editora acaba de lançar a primeira obra de um escritor da Estrutural: “A Menina e o Rio”, de Almir Gomes (19 anos). **Dica de Israel Victor de Melo**



TÚLIO BORGES

Nossa! Quando pensei que já tinha ouvido de tudo, me surpreendi. Conheci um poeta de MBP tão simples em palavras, porém profundo no sentimento, que provoca uma reflexão nada comum. Sério mesmo, MUITO bom! Túlio Borges é um brasileiro que conseguiu ganhar espaço, bem merecido, nos palcos da cidade. É instrumentista, poeta e cantor, se formou em piano na Escola de Música de Brasília, morou nos EUA e em Londres e, com apenas 23 anos, decidiu se dedicar à música. Excelente intérprete, poeta e brasileiro! Túlio Borges tem mostrado, com encanto, para o que veio e faz BONITO! Conheça mais sobre seu CD “Eu Venho Vagando no Ar” e sobre o artista em: <www.myspace.com/tulioborges>. **Dica de Allef Renan**



MILK: A VOZ DA IGUALDADE

O filme relata a vida de Harvey Milk, um ativista norte-americano que foi o primeiro homossexual assumido abertamente a tomar posse de um cargo público na Califórnia. Ele era visionário e fez um trabalho de mobilização que deu origem à maior parada gay do mundo. Bateu de frente com a polícia e o governo totalmente conservador da época. Ele lutava pelos direitos de todos independentemente da orientação sexual. Milk dizia que “privacidade é o inimigo”. Com isso, ele quis dizer que, do mesmo jeito que temos a liberdade de ser quem somos nos nossos lares, nós também deveríamos ter essa mesma liberdade no espaço público. O filme é muito envolvente. Recomendamos! **Dica de Fábio William Silva e Jéssica Pereira**



“ZOO”, DE NESTABLO RAMOS

Natural do Rio de Janeiro e residente em Brasília, Nestablo Ramos é desenhista e autor de “Zoo”, nossa dica de livro desta edição da revista Descolad@s. Suas histórias em quadrinhos ficaram nacionalmente conhecidas depois que foram distribuídas às escolas de todo o Brasil. O enredo de “Zoo” se baseia numa história fictícia sobre uma relação diferente entre os animais e os seres humanos. A grande questão provocadora de sua obra é: o que seria do mundo se o grupo dominante fosse o dos bichos? E se os humanos fossem os animais no zoológico? Para descobrir, basta ler a obra ilustre de Nestablo. Fica a sugestão de leitura! **Dica de Lucas Miguel Salomão Meireles**

PRIVATIZAÇÃO DO LIXO: QUEM GANHA COM ISSO?

Cristiany Lima, 17 anos
Walisson Lopes, 16 anos

Como qualquer ser vivo, o ser humano gera restos orgânicos no seu metabolismo com a natureza. Como ser tecnológico, gera também restos inorgânicos. De qualquer forma, ninguém quer ter lixo perto de si, excrementos, restos de frutas ou embalagens de isopor. Esses restos (lixo), queiramos ou não, além de serem inevitáveis, precisam ser tratados e dispostos adequadamente, para evitar a poluição do meio ambiente. O que poucas pessoas percebem é que o lixo indica o grau de desenvolvimento econômico de uma sociedade. Famílias de baixa renda produzem mais lixo orgânico (restos de comida) e famílias de renda mais alta costumam produzir mais lixo inorgânico, composto de materiais recicláveis (plásticos, por exemplo). O Lixão da Estrutural, situado a 10 quilômetros da Capital Federal, nasceu na década de 1960, logo após a inauguração de Brasília. Alguns anos depois, catadores começaram a construir seus barracos em volta daquele local, dando origem ao que conhecemos hoje como Cidade Estrutural. São trabalhadores e trabalhadoras que há muito tempo encontram no lixo uma alternativa para a sobrevivência e que organizaram uma comunidade cuja economia principal gira em torno da cata de materiais recicláveis. Embora eles prestem um importante serviço à sociedade, de responsabilidade do Serviço de Limpeza Urbana (SLU), o trabalho dessa gente é totalmente desprotegido, todo feito informalmente, sem equipamentos de segurança nem amparo legal. Apesar de fazerem parte de um ciclo produtivo, do qual a sociedade e empresas se beneficiam, esses trabalhadores e trabalhadoras constroem suas dignidades sem contar com apoio institucional. Há alguns anos, o Governo do Distrito Federal (GDF) foi obrigado

pela Justiça a fechar o lixão a céu aberto da Estrutural, para que se adotasse em Brasília a alternativa do aterro sanitário, já licenciado para ser construído em Samambaia. Conforme a proposta, seria mantido o trabalho dos mais de dois mil catadores que hoje encontram no Lixão da Estrutural a fonte de sustento de suas famílias. Eles e elas não precisariam trabalhar em situações desumanas, colocando suas vidas em risco. Essas pessoas teriam um contrato e estrutura para a triagem do material reciclável que a coleta seletiva encaminharia para galpões apropriados. Assim, ficariam no passado as cenas em que as pessoas disputam espaço com máquinas e urubus, tendo contato com materiais tóxicos ou cortantes. Acontece que, em vez de adotar de maneira definitiva a proposta, em meados do ano passado o GDF resolveu adotar outro projeto, o de uma parceria público-privada (PPP) para a gestão dos resíduos sólidos, sem dialogar com as cooperativas dos catadores. O projeto prevê a privatização de todo o ciclo da gestão do lixo, desde a varrição até a disposição final. Todo o processo ficaria concentrado em uma só empresa por um período de 30 anos, renovável por mais cinco, ao custo de R\$ 11,7 bilhões. O projeto representa uma ameaça ao trabalho dos catadores, pois – apesar das negativas do GDF – existe a possibilidade de que o projeto inclua um incinerador de lixo, sob o pretexto de gerar energia. Trocando em miúdos: seriam queimados os materiais recicláveis que hoje dão sustento aos catadores. Quem entende do assunto diz que as PPPs só fazem sentido quando o governo não conta com recursos suficientes para investir em certo serviço público. Não é o caso dessa PPP bilionária do lixo: segundo informa o site da Secretaria

de Governo, a contrapartida de investimentos do parceiro privado seria de apenas R\$ 762 milhões em 30 anos, ou seja, menos de 6% dos investimentos totais, que seriam pagos pelos contribuintes do Distrito Federal.

As cooperativas de catadores reagiram imediatamente ao anúncio da PPP do lixo: fecharam o Lixão da Estrutural em protesto e lotaram o auditório do Museu Nacional para participar da audiência pública que discutiu a proposta. Mais de mil pessoas participaram da audiência e não houve uma sequer que apoiasse o projeto do governo, a não ser, é claro, os representantes da Secretaria de Governo encarregada de viabilizar a PPP. Ficaram no ar algumas perguntas até hoje não respondidas pelo GDF: por que rejeitar os recursos disponibilizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiar os galpões da coleta seletiva a ser tocada pelos catadores? Por que pôr em risco o sustento das famílias dos catadores, que – conforme a proposta original do próprio GDF – teriam o seu trabalho legalizado e pago de acordo com a sua produtividade? E por que adotar uma proposta (a PPP) que, segundo os técnicos do setor, desrespeita completamente a legislação federal e distrital que disciplina a gestão dos resíduos sólidos?

“Acho que é o maior desrespeito com a sociedade, que não tem informação do que realmente é a PPP, e um desrespeito maior ainda com cerca de 10 mil trabalhadores que, direta e indiretamente, dependem desses resíduos. E o governo não quer ouvir essa parcela da população apenas para defender interesses políticos” (Moisés Ferreira, presidente de cooperativa de reciclagem de lixo no DF).

VIDA DE CAVALO: EXPLORAÇÃO DE CAVALOS CARROCEIROS

Paulo Henrique Alves da
Fonseca, 16 anos

Os cavalos vêm acompanhando o ser humano há muito tempo. Não se sabe ao certo quando os equinos começaram a ser usados e explorados pela humanidade. Eles sempre foram de grande auxílio para os seres humanos, encurtando distâncias, ajudando nas plantações, no transporte e, infelizmente, até na guerra. A famosa ‘cavalaria’ era capaz de aterrorizar o inimigo. O homem ganhava força em cima do cavalo. A velocidade e a habilidade do cavaleiro com o arco e a flecha eram algo inacreditável, de acordo com o pesquisador Bjarke Rink, no livro “Desvendando o Enigma do Centauro”. O centauro (segundo a lenda) era um ser rápido, forte e destemido, parte homem, parte cavalo, sendo frequentemente representado como monstro nos mitos gregos. Como criações mitológicas, as narrativas fictícias sobre o centauro surgiram com a visão dos povos da Ásia central de guerreiros montados e atacando os gregos com grande habilidade.

A cavalaria, como força de guerra para uma nação, era muito importante. Imaginem mil cavalos a 60 km/h indo para a sua direção! Além da sua efetividade e do seu poder de destruição, havia o fator psicológico, que podia fazer um guerreiro apavorado deixar o local de combate em uma situação ruim e desvantajosa. Na agricultura, os equinos foram de grande ajuda. No arado, que é considerado por muitos um marco na revolução agrícola, os cavalos contribuíram muito para formar a sociedade como a conhecemos.

A exploração

Como foi visto, os cavalos são utilizados de diversos modos ao longo dos séculos, sempre proporcionando vantagem ao ser humano e, geralmente, de forma unilateral, ou seja, somente para benefício do homem, quase nunca para o animal. Atualmente, muitos acreditam que os cavalos ficam restritos aos centros hípicas, às chácaras, às fazendas, aos regimentos de montaria e aos tabuleiros de xadrez.

Mas a realidade é outra. Nos centros urbanos, os cavalos estão por todos os lados e são explorados, na maioria das vezes, até a exaustão e de várias maneiras: como transporte de entulhos, na coleta de material de

reciclagem, entre outros meios. Acontece que o cavalo é um animal muito sociável, necessita estar em grupo, precisa de espaço para correr livre e depende de uma alimentação adequada (que não se encontra com facilidade nas cidades). Os equinos são animais muito inteligentes e não precisam ser alvos de violência para obedecer aos seus donos. Apesar de serem grandes e fortes, eles são delicados e muito sensíveis à dor. No entanto, vida de cavalo não é nada fácil. O fato de ser cavalo carroceiro na cidade, trabalhando de forma ininterrupta, caracteriza uma violência muitas vezes não percebida, seja pelo dono, seja pelo cidadão comum.

Um dos problemas que os cavalos enfrentam é que esses animais não são próprios para trotar no asfalto ou no concreto. Para isso, são colocadas ferraduras em suas patas, com a finalidade de proteger seus cascos. Mas ferrador é uma profissão muito especial, que exige conhecimento, habilidade e equipamentos. Em muitos lugares não se encontra este tipo de profissional. As ferraduras, então, são improvisadas e colocadas de maneira incorreta por amadores, com o intuito de criar condições para explorar o trabalho do equino. Como o cavalo é um animal muito sensível à dor, a ferradu-

ra mal colocada o incomoda diariamente. Diante de uma dor cada vez pior, o cavalo não pode simplesmente dizer: “ei, amigo, tem algo errado!”. Ele mostra isso em comportamentos e atos, que podem ser interpretados de outras formas (como rebeldia ou preguiça), acarretando para ele mais e mais castigos físicos, como chicotadas (quando puxam carroças) e esporadas (quando servem como montarias). É comum a prática de outra crueldade de altíssimo grau para que o cavalo atenda às demandas do homem. Os cavalos têm medo do trânsito de carros. Quando a viseira não é suficiente para acalmá-los, é comum seu dono cegar um olho do animal, perfurando seu globo ocular. Além disso, esses animais são submetidos a longas jornadas de trabalho, que exigem um esforço muito acima do que eles suportam. E pior: quando o animal não consegue mais atender aos interesses do dono, ele muitas vezes é abandonado à própria sorte, já muito doente e violentado. Para a utilização dos cavalos na coleta de materiais para a reciclagem, muitas vezes sob os maus-tratos já citados e outros, é comum os carroceiros alegarem, em sua própria defesa, que “esta é a minha única fonte de renda”. O fato

é que isso não é argumento suficiente. Outras alternativas são possíveis. Algumas cooperativas utilizam caminhões ou bicicletas motorizadas para o mesmo propósito. É bem verdade que há aqueles que cuidam de seus animais e que têm afeto por eles. Mas o desconhecimento sobre as necessidades do cavalo provoca agressões, mesmo que não intencionais. Para combater essa dura realidade, a ProAnima (Associação Protetora dos Animais do Distrito Federal) mantém o projeto “Pangaré”, cujo objetivo é combater os maus-tratos a equinos, principalmente aqueles usados em veículos de tração. Entidade sem fins lucrativos, de caráter socioambientalista, fundada em 2003, tendo como uma de suas premissas a busca de uma harmonia entre os seres humanos e os animais, a ProAnima utiliza como base para a sua atuação (incluindo as ações do projeto Pangaré) a Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605/98) e as leis distritais sobre o tema. O projeto Pangaré também busca lares de pessoas responsáveis que possam adotar equinos em situação de maus-tratos, por intermédio do programa “Pasto Doce Pasto – Lar de Aposentadoria”. Triste fim ou fim menos triste?

DE OLHO NO ORÇAMENTO

O orçamento público é um dos nossos eixos para a elaboração da revista Descolad@s. Temos, a seguir, recortes do orçamento do Distrito Federal referentes ao ano de 2012. Tais recortes não representam todo o orçamento – mas apenas algumas ações que “dialoguem” com os artigos da revista – e, logo, não podem representar todo o montante destinado às políticas públicas no DF.

O caminho das pedras

O acesso às informações é livre e está disponível no portal da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento (Seplan) do Governo do Distrito Federal.

Entre no portal da Seplan/DF para ter acesso à aplicação de recursos públicos em sua cidade:

- <www.seplan.df.gov.br>;
- Planejamento e orçamento;
- Orçamento GDF;
- Relatórios de execução orçamentária;
- Execução orçamentária regionalizada e execução orçamentária OCA (Orçamento Criança e Adolescente).

MUDE CANAL: IDADE PENAL			
PROGRAMA DE TRABALHO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	LIQUIDADO
10.301.6202.4133.0001 - (OCA)(ODM) ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE ADOLESCENTES EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO- ADOLESCENTES EM RISCO PESSOAL E SOCIAL-DISTRITO FEDERAL	0	380,000	380,000
	3,000	0	0
	20,000	0	0
	0	34,682	0
	10,000	0	0
	30,000	0	0
	0	20,000	0
	0	364	0
	30,000	0	0
	0	0	0
	0	0	0
	0	388,731	0
	287,000	0	0
	0	0	0
	0	200,000	0
10.302.6202.6052.0003 - ASSISTÊNCIA VOL-TADA À INTERNA-ÇÃO DOMICILIAR--DISTRITO FEDERAL	0	18,058	18,058
	0	90,942	90,941
	30,000	29,090	0
	35,000	35,000	2,220
	50,000	44,800	0
	30,000	30,000	0
	10,000	10,000	0
14.421.6223.1825.0001 - (OCA)CONSTRU-ÇÃO DE UNIDADES DE INTERNAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	10,000	4,454,996	0
	0	46,846	6,110
	1,735,000	1,735,000	105,209

MUITO PRAZER			
PROGRAMA DE TRABALHO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	LIQUIDADO
08.243.6009.3678.2337 - (OCA)(EP)APOIO AO DIA NACIONAL DE COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	100.000	0	0

Fonte: Execução Regionalizada Acumulada até o mês de dez. 2012 - SEPLAN/DF. Valores em R\$ 1,00

ALMA DA CIDADE				
PROGRAMA DE TRABALHO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	LIQUIDADO	
13.392.6003.3678.2690 - (EP)APOIO AO PROJETO CINEMA ITINERANTE - INSITUTO CASA DA VILA	350,000	0	0	
13.392.6219.3678.0104 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-FESTIVAL DE BRASÍLIA DO CINEMA BRASILEIRO-DISTRITO FEDERAL				
13.392.6219.3678.0104 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-FESTIVAL DE BRASÍLIA DO CINEMA BRASILEIRO-DISTRITO FEDERAL				
13.392.6219.3678.0104 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-FESTIVAL DE BRASÍLIA DO CINEMA BRASILEIRO-DISTRITO FEDERAL				
13.392.6219.3678.2746 - (EPE)REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO AO I FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA DE BRA-DISTRITO FEDERAL	0	100,000	100,000	
13.392.6219.3678.2754 - (EPE)REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO À REALIZAÇÃO DO PROJETO ‘MARATONA DO CINEMA-DISTRITO FEDERAL	0	500,000	500,000	
13.392.6219.4091.2227 - (EP)APOIO AO PROJETO CINEMA PARA TODOS“”	200,000	0	0	
13.392.6219.4091.2232 - (EP)APOIO A PROJETOS DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE CURTAS E LONGAS METRAGENS - CINEMA -DISTRITO FEDERAL	100,000	0	0	
	0	302,000	0	
	100,000	0	0	
	200,000	48,000	48,000	

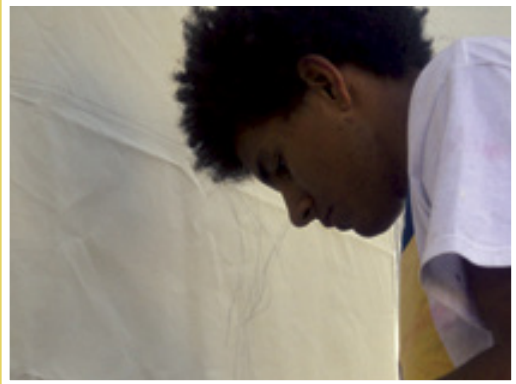
REPORTAGEM EM QUADRINHOS			
PROGRAMA DE TRABALHO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	LIQUIDADO
26.453.6216.3180.0001 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE INTELIGENTE - ITS- SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES DO DF- PLANO PILOTO	400.000	100.088	3.000
	0	2.205.184	0
	10.000	0	0
26.421.6222.2426.0024 - REINTEGRA CIDADÃO- SECRETARIA DE TRANSPORTES-DISTRITO FEDERAL	2.231.781	2.231.781	0

DIREITOS EM MOVIMENTO			
PROGRAMA DE TRABALHO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	LIQUIDADO
15.451.6206.3078.0001 - (EPP)REFORMA E AMPLIAÇÃO DO ESTÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA (COPA 2014)-I- PLANO PILOTO	0	349,339	168,225
	340,000,000	652,450,502	546,656,399
	0	76,991	76,991
15.811.6206.7244.6330 - REFORMA DE ESTÁDIO- -DISTRITO FEDERAL	80,000	489,067	0
27.811.6206.2425.0001 - MANUTENÇÃO DE ESTÁDIOS DESPORTIVOS-- DISTRITO FEDERAL	0	30,295	2,120
	600,000	1,318,556	967,903
	100,000	0	0
27.811.6206.7244.4163 - REFORMA DE ESTÁDIO- -DISTRITO FEDERAL	150,000	0	0

GIRO PELAS ESCOLAS			
PROGRAMA DE TRABALHO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	LIQUIDADO
12.362.6221.3237.0006 - (OCA)REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO- CESAS- PLANO PILOTO	480,000	0	0
12.362.6221.3237.2729 - (OCA)(EP)REFORMA DO CENTRO DE ENSINO MÉDIO 417 DE SANTA MARIA	250,000	0	0
12.362.6221.3241.0001 - (OCA)RECONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO- CENTRO DE ENSINO MÉDIO 01- GAMA	274,362	227,394	227,394
12.362.6221.3231.2708 - (OCA)(EP)AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE ENSINO MÉDIO 06 DE TAGUATINGA	250,000	0	0
15.451.6208.1110.9746 - (EPE)EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO- CONSTRUÇÃO DO AUDITÓRIO DO CENTRO DE ENSINO MÉDIO 10 DE CEILANDIA/DF- CEILÂNDIA	0	0	0

CAVANDO: O POÇO SEM FUNDO DO CRACK			
PROGRAMA DE TRABALHO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	LIQUIDADO
13.392.6219.3678.2680 - (EP) APOI À REALIZAÇÃO DO 2º FESTIVAL CONTRA AS DROGAS" EM SAMAMBAIA"	70,000	69,000	69,000
13.392.6219.4090.2557 - (EPE) APOIO A EVENTOS-APOIO A PARTICIPAÇÃO NO CONGRESSO COMB. ÀS DROGAS- VARJÃO	0	20,000	20,000
13.392.6219.4090.2563 - (EPE) APOIO A EVENTOS-APOIO PARTIC. SERV. EVENTOS DIV. CONTRA DROGAS- VARJÃO	0	50,000	40,000
14.422.6217.2362.2557 - (EP) IMPLANTAÇÃO DE CENTRO PILOTO DE APOIO E PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS, NO VARJÃO-DF.	5,000	0	0
13.392.6219.3678.2787 - (EPE) REALIZAÇÃO DE EVENTOS- APOIO A REALIZAÇÃO DO EVENTO MARCHA CONTRA AS DROGAS-DISTRITO FEDERAL	0	150,000	0
06.244.6202.2256.2554 - (EP) (EPP)MANUTENÇÃO DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTENCIA AS DROGAS E A VIOLÊNCIA - PROERD/DF	0	43,050	31,570
08.244.6222.2179.4372 - ASSISTÊNCIA AOS DEPENDENTES QUÍMICOS DO DISTRITO FEDERAL- ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS-DISTRITO FEDERAL	1,110,000	256,950	0
13.392.6219.3678.2355 - (EP) REALIZAÇÃO DO PROJETO DF CONTRA AS DROGAS" "	350,000	0	0
14.422.6222.2616.0005 - (ODM)MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DISTRITAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DE DIREITOS HUMANOS- CONSELHO ANTIDROGAS- CONEN-DISTRITO FEDERAL	0	1,943	925
	20,000	0	0
	0	406,200	403,485
	250,000	0	0
	0	42,890	35,613

MEIO AMBIENTE			
PROGRAMA DE TRABALHO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	LIQUIDADO
18.541.6210.3221.0002 - IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS- PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS-DISTRITO FEDERAL	0	547,776	0
	0	19,407	0
	0	264,479	0
18.541.6212.4110.2256 - (EPE) EXPANSÃO DA COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS- APOIO AO PROJETO USINA DE RECICLAGEM PÓ DE PET DESENVOLVIDO PELO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E ARTES POPULARES - IECAP-DISTRITO FEDERAL	0	0	0
15.452.6212.3108.0001 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE COMPOSTAGEM DE RESÍDUOS ORGÂNICOS-- DISTRITO FEDERAL	10,000	0	0
	0	90,960	0
	0	31,726	0
15.452.6212.4110.0001 - EXPANSÃO DA COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS--DISTRITO FEDERAL	0	200,000	0
	60,000	0	0





REALIZAÇÃO:



APOIO:

